

INSPER

Programa Avançado em Gestão Pública – PAGP

FERNANDA ARAUJO PERNICIOTTI

**As transformações na formação de agenda no século XXI:
estudo de caso Escola Sem Partido**

São Paulo

2020

FERNANDA ARAUJO PERNICIOTTI

**As transformações na formação de agenda no século XXI:
estudo de caso Escola Sem Partido**

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentado ao Programa Avançado em Gestão Pública (PAGP) como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduado em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Bachur

São Paulo

2020

Perniciotti, Fernanda Araujo.

As transformações na formação de agenda no século XXI: estudo de caso Escola Sem Partido.

Fernanda Araujo Perniciotti. – **São Paulo, 2020.**

75 f.

TCC (pós-graduação) – Insper, 2020.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Bachur

1. Formação de Agenda 2. Modelo de Múltiplos Fluxos 3. Escola sem Partido 4. Análise de Conteúdo

FERNANDA ARAUJO PERNICIOTTI

**As transformações na formação de agenda no século XXI:
estudo de caso Escola Sem Partido**

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentado ao Programa Avançado em Gestão Pública (PAGP) como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduado em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Bachur

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Paulo Bachur
Insper / IDP

Prof. Ms. Manuel Ruas Pereira Coelho Bonduki
Insper

À minha querida Helena, por uma vida dedicada a um projeto de educação comprometido com justiça social.

À Beca, ao Marcelinho e à Lelê, que está por vir, que o mundo seja mais justo por e para vocês.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, sempre presente nos processos mais importantes da minha vida, como suporte afetivo e certeza de acolhimento.

Agradeço aos amigos queridos conquistados ao longo do PAGP, principalmente à Lê, ao Bal, à Fran e à Déa, parceiros responsáveis por tornar o processo de aprendizado divertido, leve, instigante e, em alguns momentos, suportável.

Agradeço ao Luiz, que, com muita generosidade, ajudou com técnicas de programação para acesso aos materiais do Twitter.

Agradeço à minha querida Helena, orientadora vitalícia, e ao Tomas, amigo querido, porque, sem eles, este projeto não seria viável em muitos sentidos.

Agradeço à Má e à Li, pelo oxigênio que a nossa amizade representa.

Agradeço à Rosa e à Ana, pela parceria de sempre e nosso contínuo compartilhamento de ideias na vida.

Agradeço aos professores do PAGP, com carinho especial ao Manu, que também agradeço por aceitar participar da banca, à Iza, à Marianna, à Lúcia e à Marisa.

Agradeço, por fim, ao Bachur, por topou orientar a empreitada deste TCC, sempre com leveza, bom humor, excelentes referências e apoio às ideias mirabolantes. Também agradeço à vida pelo aspecto simbólico de ser orientada por um professor que participou do maior processo de expansão do ensino superior do país, porque, como graduada via PROUNI na PUCSP, sei bem o que isso significa na vida de alguém.

- Eles podem fazer isso mesmo? – perguntei.
- Eles podem fazer qualquer coisa – explicou ele. – O poder de uma Constituição vem do respeito que o povo tem por ela. Se o povo não a respeita, são apenas palavras num papel.
Nada mais.

(ATTA, 2012, p. 87)

Resumo

Considerando as transformações da formação de agenda pública no século XXI, com ênfase à ascensão de pautas conservadoras, na ciência política, e ao advento das redes sociais, na comunicação social, o trabalho organiza um estudo de caso do Programa Escola Sem Partido (ESP). O objetivo do trabalho é demonstrar como a trajetória do ESP - desde os primeiros passos, o ingresso no debate público, a disseminação de PLs por todo o país, as decisões institucionais e jurídicas das quais foi alvo -, criado em 2004, é emblemática dos debates que conformam a formação de agenda na atualidade, principalmente no que diz respeito ao diálogo necessário entre análises advindas das inovações tecnológicas e mapeamentos dos trâmites da política institucional. Para tal processo, o trabalho lança mão do Modelo de Múltiplos Fluxos (KINGDON, 2003), com metodologias qualitativas e quantitativas, a partir de entrevistas em profundidade, monitoramento de redes em AC, Twitter e Google Trends, levantamento quantitativo de PLs Escola Sem Partido e análogos e análises de decisões do STF.

Palavras-chave: 1. Formação de Agenda 2. Modelo de Múltiplos Fluxos 3. Escola sem Partido 4. Análise de Conteúdo

Sumário

Introdução	10
1. Capítulo 1	12
1.1 A formação de agenda governamental nos processos democráticos..	12
2.2 Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon	17
2. Capítulo 2	24
2.1 Fluxo 1: a composição do problema público	24
2.2 Fluxo 2: A solução jurídica	32
2.3 Fluxo 3: A conturbação política	36
3. Capítulo 3	44
3.1 A janelas se abrem: a convergência.....	44
3.1.1. Análise de redes na formação de agenda.....	44
3.1.2. Disseminação dos PLs ESP e análogos	59
3.2. As janelas se fecham: a divergência.....	62
3.2.1. Derrotas institucionais e midiáticas.....	62
3.2.2. Derrotas no STF e o abandono político.....	65
Conclusão.....	69
Bibliografia.....	73
Anexos.....	75

Introdução

A formação de agenda tem sido um grande desafio nos estudos de gestão e políticas públicas por ser um desdobramento das pesquisas e tendências advindas da intersecção entre duas áreas do conhecimento, a ciência política e a comunicação social. Nas últimas duas décadas, transformações significativas se sobrepuseram às discussões até então vigentes nos dois campos, modificando, assim, conseqüentemente, as condições de análise da formação de agenda.

Do ponto de vista da ciência política, o avanço de pautas conservadoras e as discussões sobre a condição da democracia no século XXI se tornaram debate de última ordem, com dezenas de publicações em livros e artigos acadêmicos. Por outro lado, ou talvez nem tão outro assim, o avanço da tecnologia e o advento das redes sociais têm transformado os paradigmas comunicacionais, tensionando as categorias das teorias da comunicação, principalmente no que diz respeito à natureza e às possibilidades dos meios, que, como bem explicou Martin-Barbero, não são apenas meios, mas mediações (BARBERO, 1987)¹.

Em consonância com esse diagnóstico, o intuito deste trabalho é realizar um estudo de caso emblemático do cruzamento dos dois campos, de modo a inferir algumas hipóteses sobre a transformação da formação de agenda e os novos desafios da gestão pública diante dela. Para tal, pareceu adequado a escolha do Programa Escola Sem Partido (ESP), por ser resultado quase imediato do novo contexto germinado por esse fluxo de transformações, justamente como um objeto que tem o recorte temporal capaz de identificar o momento da mudança dos fluxos políticos e comunicacionais, a manutenção dessas condições e, talvez, já apontar outra projeção, um desvio de rota nos prognósticos futuros.

A criação oficial do Movimento Escola Sem Partido (ESP) aconteceu em 2004, pelo paulista, nascido em Mogi das Cruzes, Miguel Nagib, advogado e procurador do Estado de São Paulo desde 1985, que atuou como assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1994 a 2002. O ápice do movimento é identificado entre os anos 2014

¹ Com Martin-Barbero, compreende-se que o surgimento de novos meios de comunicação não está restrito à relação emissor-receptor. Os meios já não são entendidos apenas como meios, mas como mediações, que passam a operar nas formas de conceber e propor a vida midiática, social, cultural, política, transformando hábitos coletivos.

e meados de 2018 e sua desaceleração a partir do fim de 2018, com o anúncio da retirada de Nagib em 2020.

Para fazer este estudo, o trabalho lança mão da abordagem do Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (2003), que é fundamentado a partir de dados empíricos, e tem como ênfase a análise de processos pré-decisórios até a chegada de determinado “problema público” nos altos escalões de formulação e interferência de políticas públicas em determinado recorte de governo. A escolha do Modelo de Kingdon se deu, justamente, pelo pressuposto de certa natureza anárquica dos processos pré-decisórios, que corresponde a três principais etapas, sendo a primeira composta pelos três fluxos, “Problemas, Soluções e Político”; a segunda pela “Oportunidade de Mudança”; e a terceira pelo “Acesso de uma questão à agenda”.

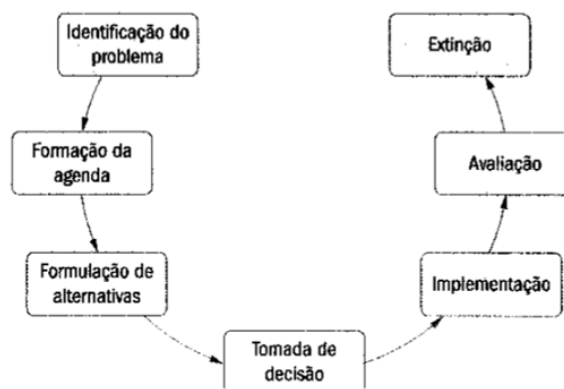
O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro traz uma revisão bibliográfica, com introdução ao Modelo de Kingdon e seus desdobramentos. O segundo, por sua vez, desenvolve uma análise do Escola Sem Partido a partir dos três fluxos de Kingdon. Já o terceiro, dividido em duas principais partes, busca aprofundar as segunda e terceira etapas de Kingdon, mapeando a oportunidade de mudança e, por fim, apesar dos avanços, o bloqueio da pauta do Movimento à agenda pública.

O estudo tem aspectos metodológicos quantitativos e qualitativos e conta com: revisão bibliográfica; duas entrevistas em profundidade, realizadas com Miguel Nagib e Daniel Cara; monitoramento de rede, especificamente Google Trends e Twitter, a partir da abordagem Análise de Conteúdos (AC); análise quantitativa de PLs ESP e análogos, em âmbito municipal, estadual e federal; por fim, mapeamento das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à pauta.

Vale dizer ainda que, em se tratando de um trabalho de conclusão de curso do Programa Avançado em Gestão Pública (PAGP), o estudo articula, principalmente, referências das disciplinas: Constituição do Estado e Política, Inovações e Comunicação na Gestão Pública, Limites da Gestão Pública e Gestão Pública comprometida com a sociedade.

1.1. A formação da agenda governamental nos processos democráticos

A formação da agenda, segundo Secchi (2014), é a segunda etapa da construção do modelo formal do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*): “um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2017, p. 43).



Fonte: SECCHI, 2017.

Sem desconsiderar as críticas das quais o modelo é passível, uma vez que, na maioria das vezes, não corresponde à prática das políticas públicas, parte-se da compreensão que as discussões em torno da formação da agenda, como chave analítica em estudos de caso, podem contribuir para repensar o papel dos estudos em gestão pública e, assim, elucidar questões centrais a determinados contextos político e à atuação de gestores.

Segundo Secchi (*idem*, p. 46), a agenda é formada por um aglomerado de questões ou problemas considerados relevantes em determinado contexto de políticas públicas, e pode se transformar em programa de governo, planejamento orçamentário, projetos de lei, estatuto partidário ou, até mesmo, pautas jornalísticas. A definição do ciclo, no entanto, é abrangente e inespecífica, porque, como um esquema de visualização, reúne diferentes compreensões acerca de cada uma das etapas desenvolvidas.

Alguns estudos e modelos específicos sobre formação de agenda compõem o debate acerca do assunto. Os pesquisadores Felipe Gonçalves Brasil e Ana Cláudia

Niedhardt Capella, no artigo **O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas** (2015), propõem um panorama sobre a discussão da formação de agenda como subárea da Ciência Política em consonância com a Comunicação Social.

De partida, Brasil e Capella referenciam o pluralismo de Robert Dahl (1961) como pioneiro em considerar os estudos de formação da agenda como parte elementar de processos políticos democráticos. Não é possível desconsiderar, aqui, o entendimento de democracia proposto por Dahl na Teoria das Poliarquias (1971) historicamente situadas. Em chave realista, Dahl reconhece a democracia como arranjo institucional, que, por sua vez, tem ideais a serem atingidos.

O ideal está fundamentado a partir da concepção de um sistema político que responda aos desejos estabelecidos socialmente pelos cidadãos. É preciso considerar alguns pressupostos, entre eles: os indivíduos são capazes de 1. formular e 2. transmitir as suas preferências, sendo que o governo avalia todas as preferências a partir de um critério de equidade. A democracia enquanto um pressuposto e uma série de ideais pré-estabelecidos não é, no entanto, um *apriori*, porque é entendida enquanto um processo de democratização.

O processo atuaria como uma salvaguarda dos direitos políticos a partir de duas condições relacionais: a condição da contestação pública e da participação política; é no cruzamento dessas duas condições que a Poliarquia se institui, sem perder de vista que a democracia está em processo de transformação, e isso garante que ela pode ser aprofundada ou enfraquecida a qualquer momento, a partir do cerceamento das condições de participação e de contestação.

O entendimento de democracia como um processo de democratização e a relação entre condição de contestação pública e participação política serão chaves analíticas fundamentais para refletir sobre os processos de formação de agenda pública. A ideia é formular sobre o modo como um estudo de caso, que traz desafios sobre a relação entre a formação da agenda e os contornos da democracia, e do Estado de Direito, como o que tentaremos aqui dispor, denuncia características operacionais do momento político brasileiro e, conseqüentemente, da gestão pública em uma composição de dois elementos chaves: a ascensão do conservadorismo e o papel das redes digitais na formação de agenda, como veremos adiante.

Os debates sobre democracia, de fato, são amplos e fogem ao escopo do trabalho, no entanto, a formulação proposta por Mendes, Doneda e Bachur (2018), no artigo **Manipulação da informação, fake news e os novos desafios para a democracia**, parece trazer uma síntese capaz de nortear o modo como a formação de agenda governamental se configura no interior de um processo de democratização:

Vale considerar que, desde suas origens mais remotas, o núcleo essencial da democracia é a deliberação pública. Todos os debates da teoria democrática, dos clássicos aos contemporâneos, variavam nos seguintes termos: ora opunham representação e participação popular direta, ora discutiam a viabilidade da democracia em pequenas repúblicas (Rousseau, Montesquieu) ou em países continentais (os Federalistas); ora disputavam sua orientação minimalista (Schumpeter, Downs, Dahl) ou ampliada à discussão dos problemas de distribuição de renda (Przeworski, Laclau & Mouffe) e assim por diante. Todas essas discussões tangenciam aspectos que oscilaram historicamente em arranjos institucionais concretos. A única constante é identificação entre a formação da vontade política democrática a processos de deliberação pública. (MENDES, DONEDA e BACHUR, 2018, p. 131)

As noções de vontade política democrática e deliberação pública são caras às proposições de formação de agenda governamental, como veremos a seguir. Retomando Capella e Brasil (2015), os autores enfatizam que, em Dahl (1956), contrapondo a teoria elitista, que determina o controle da seleção dos problemas e das alternativas, assim como os processos de decisão, à manutenção do poder de uma classe dominante, “num sistema político democrático a definição de questões que ascendem ao governo e o controle de alternativas e soluções não poderiam ficar nas mãos de um único grupo dominante” (BRASIL e CAPELLA, 2015, p. 42). Os processos democráticos seriam, então, a ampliação da participação de atores e temas nos rumos governamentais, uma vez que a pluralidade garantiria força para que determinados grupos buscassem um espaço público para os seus interesses.

Assim, de acordo com Brasil e Capella (idem, p. 44), surge uma linhagem de pesquisas que divergiam do elitismo, mas que, simultaneamente, apresentava ressalvas frente aos pressupostos pluralistas (principalmente nas discussões dos critérios de equidade da decisão governamental), representada por autores como Schattschneider (1960) e Bachrach e Baratz (1962), com os debates do conceito “mobilização de opinião”

(*mobilization of bias*) – e, assim, elaborar justificativas para os modos pelos quais um tema era aceito ou rejeitado na agenda governamental.

O conceito “mobilização de opinião”, em Schattschneider, argumentaria uma ampliação de conflitos a partir do caminho pelo qual uma questão de natureza privada, ao emergir no debate público, poderia alinhar-se a determinada posição política e se tornar objeto de intervenção governamental. Segundo Schattschneider (1960, p.38), “a política é a socialização do conflito”. Como explicam Brasil e Capella (2015, p. 45), “dependendo da audiência, da capacidade de manter o conflito ativo e da mobilização, a expansão do conflito pode fazer com que algumas questões passem da arena privada à arena pública”. É Schattschneider quem constata que algumas temáticas podem emergir no interior da política enquanto outras nascem de mobilizações externas que, em algum momento, podem adentrar a agenda governamental.

Quem retoma as discussões de Schattschneider (1960) e Dahl (1956) são os pesquisadores Cobb e Elder (1971), quando pautam a discussão das transformações e ressignificações da teoria dos processos de decisão. Conforme explica Leonardo Secchi (2017, p. 46), segundo Cobb e Elder (1983), há duas formas de agenda: 1. a agenda política, ou sistêmica, que diz respeito ao conjunto de problemas que a comunidade política identifica como alvo de intervenção pública e 2. a agenda formal, ou institucional, que lista problemas que o governo já decidiu intervir. Às duas agendas, Secchi (idem) soma ainda a agenda da mídia, aquela que elenca problemas que são alvo de atenção dos meios de comunicação, que, às vezes, tem a capacidade de condicionar as agendas políticas e institucionais.

Interessante enfatizar que os meios de comunicação, em Cobb e Elder, apresentam papéis significativos na expansão dos temas e dos conflitos socializados, porque os aspectos simbólicos, a linguagem e a organização das ideias despertam, ou não, a atenção da opinião pública para a existência de determinados problemas. Conforme Brasil e Capella (2015, p. 55):

Diferentes atores buscam influenciar a agenda por meio da definição de um problema, recorrendo à construção de narrativas baseadas na seleção de informações, dados, modelos, de forma a favorecer um curso de argumentação e persuasão. Além disso, esses atores utilizam-se dos meios institucionais e também do controle de acesso ou mesmo do bloqueio de outros grupos à agenda. A expansão da questão ou do

conflito é possibilitada pelo uso estratégico de símbolos, ideias e instituições que despertam, provocam e capturam a atenção do público e dos meios de comunicação social, utilizando-os como veículos para a divulgação da sua imagem de problema, expandindo o conflito e atraindo novos participantes.

O que fica disposto é que os autores lançam mão dos estudos advindos da área de Comunicação Social, que tinham como objeto as discussões sobre opinião pública e mídia, e “passam a analisar de modo mais sistemático a formação da agenda governamental pelo campo da Ciência Política” (Idem).

Um adendo, que será desenvolvido ao longo dos próximos capítulos, é que a atualização dessa discussão entre Comunicação Social e Ciência Política tem um desafio imenso, de primeira ordem ao objeto deste trabalho, o Movimento Escola Sem Partido, que é o ambiente das novas redes digitais, que modificaram profundamente o entendimento de meios de comunicação e também reorganizaram os modos de pensar/fazer política.

Vale dizer que os estudos de Schattschneider (1960), Dahl (1956) e Cobb e Elder (1976) fundamentaram os principais modelos de análise de formação de agenda governamental em vigência atualmente: Múltiplos Fluxos (KINGDON, 1984), Equilíbrio Pontuado (BAUMGARTNER e JONES, 1993) e Coalizões de Defesa (SABATIER, 1997). De acordo com Brasil e Capella (2015, p. 59):

O processo pré-decisório, segundo esses autores, é marcado como uma arena em que atores distintos duelam, por meio de discursos, argumentações e construções de imagem de problemas e soluções, em busca de ganhar a atenção do público e dos formuladores de política. A mídia, a comunicação de massa e os atores estratégicos, geralmente inseridos na arena governamental, ganham destaque no processo de formulação e de expansão de questões.

Aqui, a abordagem utilizada para fundamentar o estudo de caso da formação de agenda do Movimento Escola Sem Partido será o modelo de John Kingdon (2003), por apresentar um método sistemático de análise que considera aspectos da macropolítica, tendo como ponto de vista certa natureza “anárquica” dos processos decisórios, e a dimensão simbólica das ideias na construção das análises políticas. Como explicam Brasil e Capella (2015, p. 60): “Kingdon evidencia que a Ciência Política tem trabalhado para entender como as decisões são tomadas em diversas instâncias de governo, mas tem

dados pouca atenção aos processos pré-decisórios”. Os processos pré-decisórios, no estudo de caso do Escola Sem Partido, possuem uma importância lógica, sem a qual, parte-se da hipótese, não será possível compreender as decisões jurídicas e políticas das quais o projeto foi alvo, e, principalmente, como a observação deste processo elucida questões macropolíticas do contexto brasileiro.

2.2. Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon

O modelo de Múltiplos Fluxos é fundamentado em dados empíricos, sobretudo entrevistas, e tem como função identificar as etapas pré-decisórias da formulação de políticas públicas. De acordo com Ana Cláudia Niedhardt Capella, em **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas** (2005), a proposta de Kingdon pretende desenvolver uma chave analítica para os assuntos que ganham visibilidade e passam a participar o interesse dos escalões de formulação e condição de decisão frente às políticas dentro de um governo.

A complexidade dos problemas sociais, no entanto, não é possível de ser apreendida em totalidade ou na amplitude da percepção desses agentes decisórios, ou seja, percebe-se mais problemas do que a agenda pública é capaz de endereçar em determinado recorte de tempo. Por isso, como explica Kingdon (2003, p. 3): “The agenda, as I conceive of it, is the list of subjects or problems to which governmental officials, and people outside of government closely associated with those officials, are paying some serious attention at any given time”². É central considerar, na definição proposta pelo autor, o aspecto temporal, porque diz respeito, justamente, aos fluxos que formulam e condicionam a elaboração da agenda pública.

Quando determinada questão é considerada enquanto prioridade, em determinado recorte temporal, passa a compor a agenda decisional, que trata-se de “um subconjunto da agenda governamental que contempla questões prontas para uma decisão ativa dos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornarem políticas (policies)” (CAPELLA, 2005, p. 3). E há, ainda, as agendas setoriais da formulação de políticas, aquelas ligadas a áreas específicas.

² “A agenda, como eu a concebo, é a lista de assuntos ou problemas aos quais agentes públicos, e pessoas fora do governo intimamente associadas a esses agentes, estão prestando muita atenção em certo momento”. [tradução nossa]

A análise de Kingdon parte da observação de modelos governamentais em que reconhece três fluxos normativamente independentes, que costuram a organização de governo, a qual denomina “anarquia organizada”, sendo eles: problemas (problems), soluções ou alternativas (policies) e políticas (politics). (CAPELLA, 2005, p. 4)

Ainda com Capella (idem), compreende-se que para analisar o **primeiro fluxo** – problemas – Kingdon faz uma distinção entre as noções de condição e, efetivamente, problemas. A condição é caracterizada por situações sociais, percebidas inicialmente, mas que não geram engajamento ou ações de intervenção por parte do governo. Para que seja considerada um problema, a condição precisa ser alvo dos formuladores de políticas públicas, segundo o autor, a partir de três elementos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais.

Os indicadores teriam o papel de determinar, a partir de dados quantitativos, situações consideradas, pela interpretação de agentes públicos, dignas de intervenção governamental. Os eventos, crises e símbolos seriam os acontecimentos que não elevariam uma questão à agenda pública, mas teriam a capacidade de visibilizar um problema pré-existente. E o feedback das ações governamentais seria uma ação avaliativa, de acompanhamento de implementação, metas, resultados e impactos, que traria problemas para os agentes públicos responsáveis pela formulação, a partir de consequências inicialmente não mapeadas. É possível observar que todos esses elementos dialogam com um contexto complexo e dependem da percepção e da interpretação de atores políticos e sociais: “Problems are not simply the conditions or external events themselves: there is also a perceptual, interpretative element” (KINGDON, 2003, ps. 109-110)³.

Em alguns modelos do ciclo de políticas públicas, a “identificação do problema” é uma instância separada da “formação de agenda”, mas, em Kingdon, são processos codependentes. As formas de interpretação das condições que são elevadas a problemas públicos conformam a formação de agenda e seu sucesso no impacto do debate público.

O **segundo fluxo** – as soluções – apresenta alternativas diante das condições selecionadas enquanto problemas. Kingdon reconhece que, muitas vezes, em referência

³ “Os problemas não são simplesmente as condições ou eventos externos em si: há elemento de percepção e de interpretação”. [tradução nossa]

ao “modelo da lata de lixo”⁴, as soluções não nascem para atender problemas, mas os problemas são formulados para realizar soluções apriorísticas. O autor propõe uma lógica correlata entre o fluxo das soluções e a seleção natural biológica, em que ideias/soluções produzidas por “comunidades geradoras” – especialistas: “pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses, entre outros - que compartilham uma preocupação com a área” (CAPELLA, 2005, p. 6) – permanecem preservadas, colidem com outras propostas e/ ou são descartadas de um “caldo primordial de políticas”. A seleção das ideias, por sua vez, se manifesta a partir de sua condição de viabilidade técnica, compartilhamento de valores e adesão pela opinião pública e pelos formuladores de políticas.

A disseminação das ideias, no entanto, não acontece enquanto um processo espontâneo. Há, nas comunidades geradoras, resistência a novas soluções e, por isso, é central o papel de indivíduos que frequentem espaços com possibilidade de ampliação de tais ideias e de sensibilização de outros atores, governamentais e da população em geral, com o intuito de construir um ambiente apto à aceitação de determinada solução. As ideias seriam, então, difundidas a partir de estratégias de persuasão da audiência:

A importância desse processo de difusão – chamado de *soften up* pelo autor – vem da constatação de que, sem essa sensibilização, as propostas não serão seriamente consideradas quando apresentadas. Com o processo de difusão, ocorre uma espécie de efeito multiplicador (*bandwagon*), em que as ideias se espalham e ganham cada vez mais adeptos. Desta forma, o fluxo de políticas (*policy stream*) produz uma lista restrita de propostas, reunindo algumas ideias que sobreviveram ao processo de seleção. Estas ideias não representam, necessariamente, uma visão consensual de uma comunidade política a respeito de uma proposta, mas sim o reconhecimento, pela comunidade, de que algumas propostas são relevantes, dentro do enorme conjunto de propostas potencialmente possíveis. (Idem, p. 7)

Para Kingdon, o processo de formação dessas ideias se sobrepõe, inclusive, aos grupos de interesse. Segundo o autor:

Political scientists are accustomed to such concepts as power, influence, pressure and strategy. If we try to understand public policy solely in terms of these concepts, however, we miss a great deal. The

⁴ A agenda-setting de Kingdon faz referência ao “modelo da lata do lixo” / *garbage can model* (MARCH, OLSEN E COHEN, 1972)

content of the ideas themselves, far from being mere smokescreens or rationalizations, are integral parts of decision making in and around government. (KINGDON, 2003, p. 125)⁵

A ênfase na formação e disseminação de ideias acoplaria, segundo o autor, aspectos interpretativos e perceptivos, de dimensão simbólica, capazes de colocar em questão os modelos tradicionais de análise.

Sendo o **terceiro fluxo**, a política tem suas regras internas e estruturas, que independem de problemas específicos ou alternativas identificadas. Enquanto no segundo fluxo, o das alternativas, tem uma centralidade na disseminação e persuasão de ideias, para produzir consensos ou ampla adesão, a política possui suas próprias negociatas e formas de barganha.

Por sua vez, a política é composta por três mecanismos principais: 1. o humor nacional (*national mood*) – um recorte temporal em que um grupo considerável de pessoas, em uma sociedade, compartilha ideias, tornando o ambiente político mais apto a algumas proposições e fortalecendo o caminho de algumas condições ao patamar de problemas em detrimento de outras e vice-versa, na formação da agenda; 2. as forças políticas organizadas - os grupos de interesse e de pressão – que teriam a função de demonstrar tendências de situação e oposição diante de propostas, no jogo de forças, com análise de grupos favoráveis e contra determinada agenda; 3. e as transições próprias ao governo, como mudanças de atores estratégicos dentro das estruturas, no executivo e no legislativo, a partir das eleições e em alto escalão de estatais e órgãos do governo. Como explica Capella (2005, p. 9), são eventos que: “podem exercer grande influência sobre a agenda governamental ao desencadear mudanças que potencializam a introdução de novos itens na agenda, ao mesmo tempo em que podem também bloquear a entrada ou restringir a permanência de outras questões”. A expectativa pelas prioridades de uma nova gestão mobiliza os setores públicos, grupos governamentais e de pressão, além das comunidades como um todo.

Vale dizer, em tópico especial, que ao tratar do terceiro mecanismo, as transições, o autor levanta as mudanças de jurisdição e a elasticidade em relação aos

⁵ “Os cientistas políticos estão habituados a conceitos como poder, influência, pressão e estratégia. Se tentarmos entender as políticas públicas apenas a partir desses conceitos, no entanto, perderemos muito. O conteúdo das próprias ideias, longe de serem meras cortinas de fumaça ou racionalizações, é parte integrante da tomada de decisão dentro e ao redor do governo”. [tradução nossa]

seus limites, que poderiam levar à “situação de imobilidade governamental, mas também à inclusão de questões na agenda” (idem). Dedicaremos parte do terceiro capítulo deste trabalho às questões de jurisdição, com ênfase às abordagens jurídicas que posicionam o ESP, justamente para enfatizar a centralidade do judiciário, hoje, na formação de agendas públicas, de modo a tecer questões em relação a inconstâncias democráticas.

Ainda associadas a discussões de jurisdição, há, entre parlamentares, disputas pelos créditos de projetos que tenham impacto na opinião pública e social. Concluindo o fluxo da política:

Assim, os grupos de pressão, a opinião pública, as pressões do legislativo e das agências administrativas, os movimentos sociais, o processo eleitoral, entre outros fatores, determinam o clima político para a mudança da agenda governamental, podendo tanto favorecer uma mudança, quanto restringi-la. Entre os elementos considerados no fluxo político, Kingdon destaca as mudanças no clima nacional (national mood) e as mudanças dentro do governo (turnover) como os maiores propulsores de mudanças na agenda governamental. (Idem, p. 10)

A elaboração sobre o impacto majoritário do clima nacional e das mudanças dentro do governo, em detrimento da centralidade dos grupos de interesse, também será tema de debate no interior da análise do ESP mais adiante, quando nos debruçarmos sobre o caso.

A convergência dos três fluxos, *coupling* (acomplamento), – problemas, soluções e política – é promovida por circunstâncias que Kingdon (2003) vai chamar de *policy windows*, espécie de janelas políticas, aberturas, para que novas questões emergjam na formação da agenda pública, a partir da condição de um problema em atrair a atenção dos atores governamentais. Kingdon, no entanto, defende que os fatores que interferem nas oportunidades de mudança de agenda são o problema, fluxo um, introduzido na dinâmica política, fluxo três, mas que as soluções, o segundo fluxo, são alternativas *aposteriori*, produzidas pelas comunidades e que só se dispõem à agenda à medida em que dialogam com os outros dois fluxos. Conforme Capella (2005, p. 10), “as propostas, alternativas e soluções elaboradas nas comunidades (policy communities) chegam à agenda apenas quando problemas percebidos, ou demandas políticas, criam oportunidades para essas ideias”, sendo que: “o fluxo de soluções, embora não exerça

influência sobre a formação da agenda governamental, é fundamental para que uma questão já presente nesta agenda tenha acesso à agenda decisional” (idem, p. 11). Importante enfatizar que essas oportunidades de mudança na formação de agenda podem apresentar imprevisibilidade ou previsibilidade, mas, principalmente, são transitórias e sem uma ordem normativa dos acontecimentos.

Justamente por serem condições transitórias, as janelas políticas podem ser fechadas quando há desarticulação de um dos fluxos em relação aos outros, ou seja, novos eventos, nessa dinâmica, podem desestabilizar a aceitação ou a condição do ambiente em aderir determinada ideia. Isso também pode ocorrer a partir da percepção de que o problema em questão foi esgotado, ou quando as alternativas previstas não correspondem às expectativas de endereçamento de determinada questão.

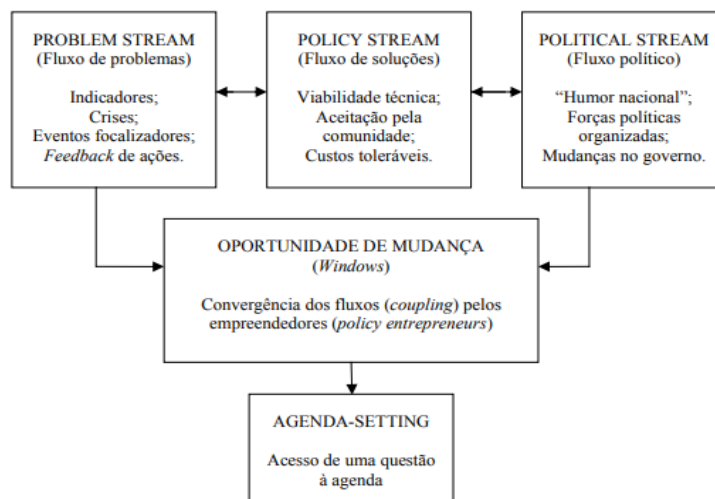
Por fim, entende-se sob a análise de Capella (idem) do modelo de Kingdon, outro elemento imprescindível na transição de agenda é a operação dos “empreendedores de políticas” (*policy entrepreneurs*), localizados no governo (parlamentares, assessores, burocratas, técnicos) ou externos (grupos de interesse, acadêmicos, profissionais da mídia), que investem em determinada ideia. Esses indivíduos: “are willing to invest their resources - time, energy, reputation, money – to promote a position in return for anticipated future gain in the form of material, purposive or solidary benefits” (KINGDON, 2003, p.179)⁶. Os empreendedores geralmente ocupam o papel de especialistas nos problemas que formulam e têm a capacidade de convergir ideias de grupos e indivíduos, e/ou são autoridade em processos de decisão dentro do governo; além disso:

(...) são hábeis negociadores e mantém conexões políticas; são persistentes na defesa de suas ideias, levando suas concepções de problemas e propostas a diferentes fóruns. Empreendedores conseguem “amarrar” os três fluxos, sempre atentos à abertura de janelas (...). Assim, os *policy entrepreneurs* desempenham um papel fundamental, unindo soluções a problemas; propostas a momentos políticos; eventos políticos a problemas. Sem um empreendedor, esta ligação entre os fluxos (*coupling*) pode não acontecer: ideias que não são defendidas; problemas que não encontram soluções; momentos

⁶ “estão dispostos a investir seus recursos - tempo, energia, reputação, dinheiro - para promover uma posição em troca de ganhos futuros previstos na forma de benefícios materiais, objetivos ou solidários”. [tradução nossa]

políticos favoráveis à mudança que são perdidos por falta de propostas. (CAPELLA, 2005, p. 12)

Para concluir, segue um esquema (CAPELLA, 2003, p. 13) do modelo de Kingdon, para compreender o diagrama lógico proposto pelo autor:



Fonte: CAPELLA, 2003.

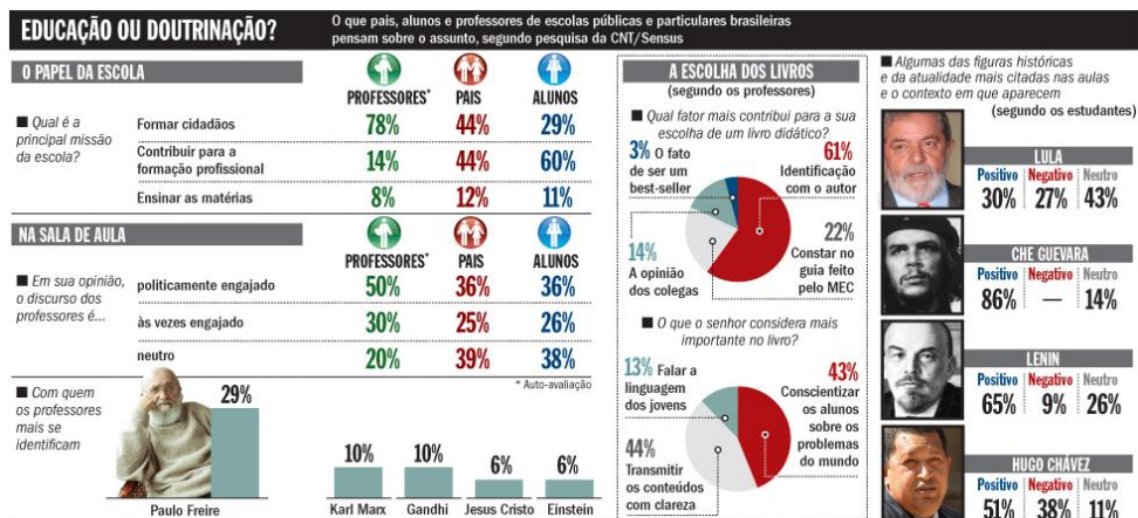
2.1. Fluxo 1: a composição do problema público

De acordo com Secchi (2014), entende-se que problema público é elaborado a partir do comparativo entre uma situação ideal e a situação atual de determinada questão. Além disso, parte-se da compreensão de que é imprescindível a composição do universo discursivo da formação da agenda pública para orientar não apenas os estudos sobre contextos macropolíticos, mas, igualmente, a formulação de políticas públicas, as tomadas de decisão e a atuação de agentes públicos. Muitas vezes, gestores entram em choque com elementos simbólicos, sem subsídio para lidar com a concretude das situações em que se apresentam.

Segundo o site oficial do ESP, a agenda do Movimento é composta por três objetivos: 1. Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; 2. Respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes; 3. Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. O intuito, neste subtópico, é compor alguns dos principais elementos simbólicos do discurso oficial e compreender o tecido do problema público apresentado pelo Movimento. Vale recordar que a formação de agenda é justamente um debate que nasce na intersecção entre os estudos de opinião pública – que tem a dimensão simbólica como aspecto fundamental –, na comunicação social, e a agenda governamental em regimes democráticos, na ciência política.

Como visto anteriormente, para que uma condição seja elevada à agenda pública, enquanto um problema público, precisa ser alvo de formuladores de políticas, com um ou mais dos três elementos: 1. indicadores; 2. eventos, crises e símbolos; 3. e feedback das ações governamentais. A seguir, atentaremos ao modo como o Escola Sem Partido articula esses elementos.

O site do ESP apresenta alguns dados que são lidos como indicadores do contexto da “doutrinação política nas escolas brasileiras”, a partir de uma ação sistemática do governo brasileiro, que teria sido responsável por formar professores ideologicamente ligados à esquerda. Os dados apresentados podem ser vistos na imagem disponibilizada pela página:



Fonte: Pesquisa CNT/Sensus⁷

Fatores que chamam atenção: não há data da realização da pesquisa, método, amostragem e outros dados que sustentariam a credibilidade dessas métricas. Em uma observação sistemática da imagem, no entanto, é possível identificar alguns elementos relevantes: a associação dos professores e da educação no Brasil a figuras como os brasileiros, o pedagogo Paulo Freire (1921 - 1997) e ex-Presidente Lula (1945 -); o revolucionário argentino, referência da Revolução Cubana, Che Guevara (1928 - 1967); a um dos símbolos intelectuais da Revolução Russa (1917), Lenin (1870 - 1924); e ao ex-Presidente venezuelano, Hugo Chávez (1954 - 2013). Nas letras menores, aos mais atentos, também estão: Karl Marx (1818 - 1883), Mahatma Gandhi (1869 - 1948), Jesus Cristo e Albert Einstein (1879 - 1955). Essas figuras, como veremos adiante, são ou representam palavras-chave do discurso do Movimento.⁸

Outro aspecto relevante é que o Movimento também articula um “diagnóstico” de uma ação sistemática do governo brasileiro, como pode ser visto no seguinte trecho, também disposto no site oficial do ESP:

Existem professores de direita que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos. Mas são franco-atiradores, trabalham por conta própria. No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica

⁷ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 22.08.2020.

⁸ A análise semiótica, principalmente a partir do diagrama signico de Charles Sanders Peirce (1839 - 1914), é um pressuposto teórico deste trabalho, uma vez que está em sintonia com a minha formação como mestre e doutora na área de Comunicação e Semiótica. No entanto, por conta do escopo e do limite que conforma os projetos de TCC, a bibliografia não será aqui destrinchada.

em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio teórico (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), político (governos e partidos de esquerda, PT à frente), burocrático (MEC e secretarias de educação), editorial (indústria do livro didático) e sindical é a esquerda.⁹

A partir de agora, a ideia é fazer um levantamento dos principais eventos, crises e símbolos que deram visibilidade à questão que o ESP apresenta enquanto problema público. Vale recordar que, de acordo com Kingdon (2003), a complexidade de situações sociais se coloca diante dos gestores e dos formuladores de políticas a partir de condições perceptivas e interpretativas, que são contextuais e temporais.

Como vimos, a criação oficial do Movimento Escola Sem Partido aconteceu em 2004, por Miguel Nagib. No entanto, a primeira faísca em direção ao projeto que virou pauta nacional, desde meados de 2014 e 2015, aconteceu em setembro de 2003, quando Nagib escreveu o texto “Carta ao Professor Iomar”¹⁰, que foi publicado, à época, no site do astrólogo e ideólogo de alas do atual governo Jair Bolsonaro (conhecidos como olavistas), o automeado filósofo Olavo de Carvalho.

O texto de Nagib é endereçado ao professor Iomar, do Colégio Sigma, em Brasília, que, de acordo com o advogado, cometeu um ato de ilicitude quando comparou, em sala de aula, para crianças de 9 anos (entre elas, a filha de Nagib), duas figuras históricas: Ernesto Che Guevara e São Francisco de Assis, como personagens que entregaram a vida “por uma causa”. No entanto, a comparação foi lida como “a gota d’água” diante de uma questão que, para o criador do ESP, vinha de longa data, como pode ser visto nos seguintes trechos do texto:

Venho acompanhando há algum tempo o seu incansável esforço para doutrinar ideologicamente as crianças do Sigma, impingindo às suas frágeis consciências a visão que o senhor tem do mundo; e sei que para atingir esse objetivo – que o senhor certamente acredita ser necessário para a “construção de um mundo melhor” –, o senhor não hesita em aplicar à complexa disciplina que leciona o modelo de narrativa das histórias infantis, onde o Mal jamais se confunde com o Bem.

(...) com essa absurda comparação o senhor, francamente, passou dos limites. Afirmar a existência de uma semelhança entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista (...) é ir longe demais; é abusar do direito, que o senhor decerto acha que tem, de

⁹ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 09.09.2020.

¹⁰ Disponível em: <<http://old.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>>. Acesso em 18.08.2020.

mentir para os alunos a pretexto de forjar neles uma “consciência crítica” (...). (NAGIB, 2003, s/p)

A carta também acusa o professor de opor, em termos de bem e mal, assuntos que mais tarde virariam emblemas do projeto ESP: além da defesa do “marxismo”, temas como Idade Média (mal) x Iluminismo (bem); capitalistas (mal) x socialistas (bem); conservadores (mal) x revolucionários (bem); Estados Unidos (mal) x Cuba e ONU (bem).

Uma vez que se compreende na carta que a insatisfação em relação à suposta conduta do professor não era pontual, outro trecho chama atenção:

Sei de tudo isso e se até hoje não procurei o senhor e a direção do colégio para discutir pessoalmente essa pedagogia de cabo eleitoral foi, primeiro, para não expor meus filhos a uma possível retaliação e, segundo, por estar ciente de que esse contato, afinal de contas, resultaria inútil, já que, na melhor das hipóteses, o senhor seria substituído por outro militante – a companheira Mariah, por exemplo, que tanto fez em sala de aula, no ano passado, pela eleição de nosso atual Presidente – e tudo ficaria na mesma, se é que não pioraria. (Idem)

Ou seja, já em 2003, Nagib faz referência à percepção de que não era uma situação restrita ao Prof. Iomar, mas a exemplo da “companheira Mariah”, caso fosse demitido por conduta abusiva, seria substituído por “outro militante”. Fica evidente que já havia, ali, a interpretação da existência de uma tendência política à esquerda entre os professores, que se impunha enquanto doutrinação em sala de aula, diante de uma audiência cativa e, pela faixa etária, compreendida pelo movimento como sem condição crítica. Nagib faz menção, ainda, à eleição e ao mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como vimos, a carta de Nagib traz um bom caldo do que viria a ser o ESP, mas o acontecimento não fica restrito às palavras do criador do Movimento. A carta é introduzida, no site, por um texto do próprio Olavo, com o título “O estupro intelectual da infância” (2003). Uma curiosidade é que, no início do texto (talvez sem intenção, não é possível saber ao certo), o ideólogo de extrema direita faz uso de um termo emblemático do filósofo francês Michel Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (1975), ao afirmar que: “é a carta de um pai, cansado de ver a filha e suas colegas usadas como plateia **dócil** para a propaganda comunista”, e, em seguida, afirma: “(...) um documento humano da maior relevância para a compreensão da atual loucura brasileira”

(CARVALHO, 2003. s/p). Ou seja, também para Olavo de Carvalho, não se tratava de um caso pontual, elaboração que pode ser vista em outro trecho:

O atual ministro da Educação, sr. Christovam Buarque, não há de querer alegar que a conduta do professor de Brasília é um caso isolado. A mentira perversa que esse cidadão inculca em suas alunas é doutrina oficial ou pelo menos oficiosa do governo brasileiro, condensada na “teologia da libertação”, personificada no guru presidencial Frei Betto e retransmitida diariamente a milhões de crianças brasileiras nas escolas públicas e particulares. (Idem)

Em entrevista¹¹, Miguel Nagib (2020) reafirmou este aspecto reiteradas vezes, a exemplo:

O que o Escola Sem Partido fez, inicialmente, foi dar visibilidade a essa realidade que acontecia dentro das escolas e que, embora todo mundo tivesse de alguma forma conhecimento desses fatos, não era compartilhado. Você tinha passado por essa experiência, seu vizinho tinha passado por essa experiência, eu tinha passado, mas nenhum de nós sabia que o outro também tinha passado. O ESP colocou isso de forma pública. Deu visibilidade a esses abusos que estavam acontecendo das escolas. “Ah, mas são casos isolados”, dizem. Não são casos isolados. Existem muitas evidências de que não se trata de casos isolados. A começar pelo modo como isso atraiu o interesse da sociedade. Como isso se transformou, vamos assim dizer, em um assunto público. Se fossem fatos isolados, não teria atraído a atenção da sociedade como aconteceu.

Outro fator importante do texto introdutório de Olavo é o termo “estupro intelectual”, por dois motivos principais: primeiro, decorrer da percepção de que a ação dos professores seria abusiva e, segundo, pelo uso de uma referência de abuso sexual, que, mais tarde, se tornaria um dos grandes pilares do projeto – as questões ligadas à suposta *sexualização* da infância, a partir da chamada “ideologia de gênero”. Olavo ainda cita Antonio Gramsci, acusando-o de usar a Igreja (Católica) como propaganda comunista.

Sobre o episódio da carta, em entrevista ao jornal El País Brasil¹², Nagib contou que imprimiu 300 cópias do documento e distribuiu no estacionamento da escola, mas a sua ação não teve uma repercussão positiva:

¹¹ NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020. [Vide anexo 1]

¹² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em: 19.08.2020.

Ela já vinha relatando casos parecidos de doutrinação. Fiquei chateado e resolvi escrever uma carta aberta para o professor". (...) "Foi um *bafafá* e a direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e nenhum pai me ligou. (NAGIB, 2016, s/p)

Por isso, decidi criar um Movimento, que, em 2015, viraria uma Associação, com o intuito de “lutar contra o abuso do qual as crianças estão sendo vítimas” (2016), com a referência de um site norte-americano. De acordo com a página oficial do ESP: “Quando começávamos a pôr mãos à obra, tomamos conhecimento de que um grupo de pais e estudantes, nos EUA, movido por idêntica preocupação, já havia percorrido nosso caminho e atingido nossa meta: NoIndoctrination.org”.¹³

Apesar de, em 2016, Nagib afirmar certo fracasso em relação à “Carta ao Professor Iomar”, em entrevista (2020)¹⁴ recente, reconheceu o impacto simbólico daquele momento e o início de parcerias que seriam fundamentais para a expansão do Movimento:

Esse episódio ocorrido com a minha filha em 2003 foi o que me motivou a criar uma página na internet para, como eu disse, dar visibilidade a esse problema, o que acabou sendo a semente do movimento. Havia um movimento liberal-conservador nascente. Aqui em Brasília, por exemplo, o falecido embaixador Meira Penna, o professor Nelson Lehman, o professor Bráulio Matos e outras pessoas já estavam acompanhando esse problema da ideologia dentro das escolas e das universidades.¹⁵

O modelo do site criado para atender ao desejo de expansão do Movimento é um dos principais elementos do ESP - uma página de denúncia, conforme disposto na apresentação:

¹³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23.08.2020.

¹⁴ NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020. [Vide anexo 1]

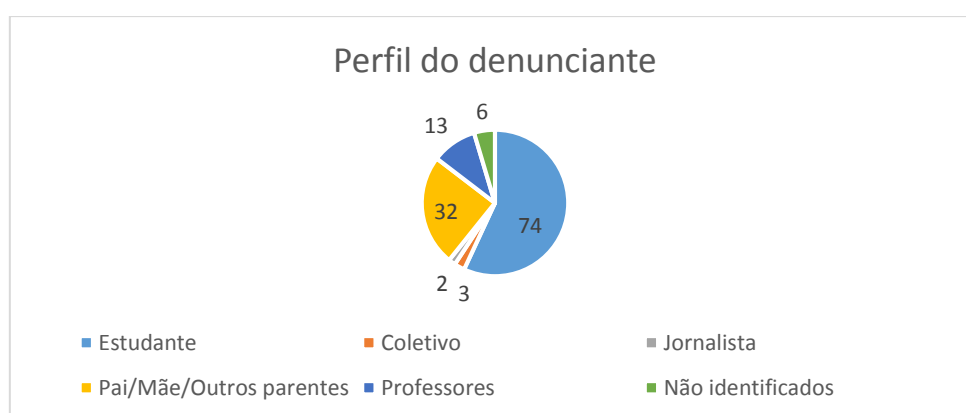
¹⁵ Posteriormente, outra referência do pensamento conservador, Luiz Felipe Pondé, em novembro de 2013, publicou, no jornal Folha de S. Paulo, o emblemático texto: “Eu acuso”. No artigo de opinião, Pondé argumenta – com termos como MST, partidos de esquerda (associados à corrupção), partes da mídia, classe artística, black blocks, violência revolucionária, seita marxista, ENEM, ditadura, crença cubana, cursos de humanas – que estudantes universitários e secundaristas estariam sofrendo abusos em ambientes escolares, como “bullying ideológico”, por “recusarem a pregação marxista”, sob pena de reprovação, humilhação coletiva e outras sanções por parte dos professores.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. / Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação. / Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema. / Ocorreu-nos, então, a ideia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, “a little sunlight is the best disinfectant”.¹⁶

A característica de denúncia, que soma um aspecto simbólico considerável com a expressão “Um pouco de luz é o melhor desinfetante”, tem como alvo as supostas ações da esquerda no contexto educacional:

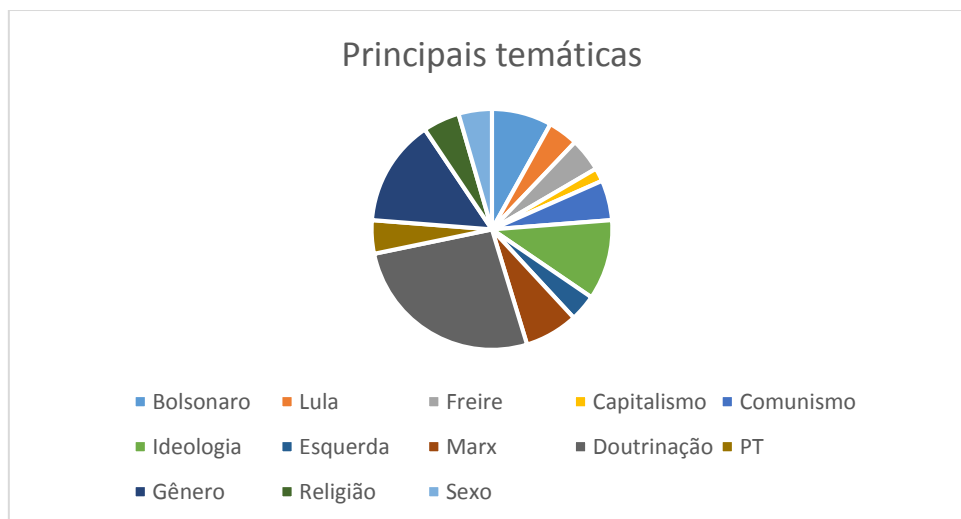
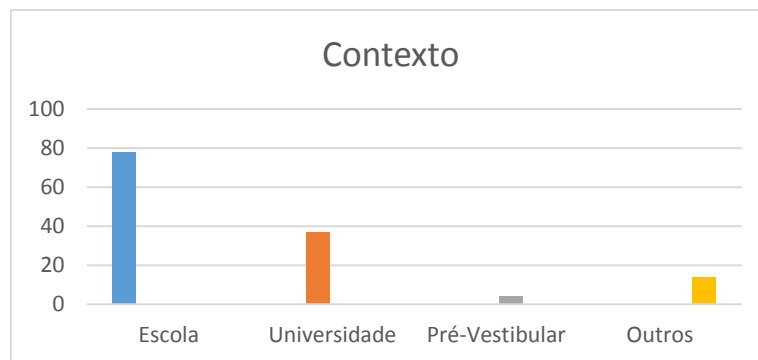
O ESP não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita. (...) Mas isso não impede que professores e estudantes de esquerda nos apliquem esse rótulo, com o objetivo de desqualificar o nosso trabalho. Fazem isso porque **reconhecem que é a esquerda a única responsável pela instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos**; e, como nos opomos a essa prática, somos vistos como adversários ideológicos.¹⁷

Atualmente, até a data 13.09.2020, o blog oficial, que recolhe os depoimentos denunciantes, possui 130 registros desde 2004, quando a primeira denúncia foi enviada ao Movimento. Abaixo segue uma relação das principais características das denúncias:



¹⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23.08.2020.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23.08.2020.



As acusações mais recorrentes sobre as situações vividas em sala de aula apresentam os seguintes termos: bullying, alienação parental, perseguição, coerção, intimidação e ameaça.

2.2. Fluxo 2: a solução jurídica

Segundo o modelo de Kingdon (2003), como observado, o segundo fluxo corresponde a alternativas diante do problema levantado. Ainda de acordo com o autor, as soluções, muitas vezes, não são tecidas para responder à especificidade de determinada questão, mas sobrevive em um caldo de alternativas que se mantêm, modificam ou são descartadas, em relação aos movimentos sociais, históricos e políticos. Tais alternativas são tecidas pelas “comunidades geradoras”, compostas por especialistas internos e externos ao governo.

No caso do Escola Sem Partido, o próprio movimento se desenvolveu enquanto uma comunidade geradora, especializada em enfrentar “o problema da doutrinação na educação brasileira”, segundo Miguel Nagib (2020): “Quando o assunto é doutrinação,

nos transformamos na principal referência brasileira e em língua portuguesa sobre a temática”¹⁸.

A experiência jurídica de Miguel Nagib é um dos pilares que sustentam a argumentação lógica do Escola Sem Partido, e é a partir desse pilar que o repertório de alternativas à interpretação do problema passa a ser tecido. Segundo o criador e financiador intelectual do Movimento, a organização do ESP está estruturada em dois aspectos, o fático e o jurídico:

Do ponto de vista jurídico, você tem os direitos constitucionais: o princípio da impessoalidade, a liberdade de consciência e de crença, a distinção entre a liberdade de ensinar e a liberdade de inscrição, a laicidade do Estado. Então, você tem um arcabouço normativo que já define os limites da escola e do que um professor pode fazer no exercício da função. Está posto, não foi o ESP que inventou. Entre essas regras, apenas exemplificando, está o princípio da impessoalidade, segundo o qual nenhum funcionário público (não só o professor) pode usar seu cargo, a sua função, para promover suas próprias preferências políticas.¹⁹

O arcabouço normativo, sustentáculo da proposta, segundo Nagib, está disposto nos limites da lei; no entanto, a realidade do sistema educacional estaria em conflito com a constitucionalidade em vigência: “Foi justamente a demonstração, de um lado, da realidade fática e, de outro, desse arcabouço normativo, uma combinação entre essas coisas, que o ESP fez com muita competência”²⁰. Por isso, a estratégia do ESP seria, inicialmente, denunciar ou dar visibilidade à situação doutrinária do interior da educação brasileira, mas, principalmente, “demonstrar juridicamente a ilicitude dessas práticas”²¹.

O que o Movimento considera um grande trunfo, ou seja, a solução jurídica defendida pelo ESP, é a diferenciação entre o dispositivo da legislação brasileira que formula a “liberdade de cátedra” e o artigo da “liberdade de expressão”. Em relação à liberdade de cátedra, o Art. 206, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), explicita:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

¹⁸ NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020. [Vide anexo 1]

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (...).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, dispõe:

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; (...)

Enquanto o Art. 5º da CF/88 sobre a liberdade de expressão afirma:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] V - é livre a expressão da atividade intelectual, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (...).

Nagib (2020) explica a sua interpretação:

(...) até pouco tempo atrás (e acho que isso foi mérito do ESP), as pessoas acreditavam que os professores em sala de aula desfrutavam de liberdade de expressão. É uma ideia completamente estapafúrdia (...). Então, o ESP demonstrou, por A mais B, com argumentos jurídicos, que liberdade de ensinar não pode ser a mesma coisa que liberdade de expressão. E isso faz toda diferença da compreensão daquilo que acontece dentro das escolas. Se os professores tivessem liberdade de expressão no exercício da função, tudo isso que nós estamos denunciando como práticas abusivas seria perfeitamente lícito.²²

Para o criador do ESP, há uma obviedade: para combater a doutrinação no ensino brasileiro, uma vez que ela estaria arraigada nas condutas e na construção intelectual e cultural dos ambientes de ensino, seria necessária uma imposição normativa. Para tal, a página do Movimento criou um modelo de denúncia extrajudicial, com a seguinte argumentação: “Uma das formas mais eficientes de inibir a prática covarde da doutrinação é **notificar extrajudicialmente** os professores do seu filho e a escola onde ele estuda, para que se abstenham de adotar certas condutas abusivas em sala de aula,

²² Idem.

sob pena de responder judicialmente pelos danos que vierem a causar”²³. Há, disponível no site, três modelos de notificação²⁴: duas individuais, endereçadas ao professor e à direção, e uma coletiva, especificamente à direção. Nos dois primeiros modelos, individuais, o denunciante pode ser anônimo, já o último, coletivo, identifica assinaturas. A chamada da denúncia traz o seguinte apelo: “Pense que, se a notificação produzir o efeito esperado, sua iniciativa reverterá em benefício de todos os alunos do professor e da escola, e não apenas do seu filho. Trata-se, portanto, de um serviço de utilidade pública”²⁵.

Outra estratégia do movimento para solucionar o problema orquestrado foi criar três anteprojetos de lei, para os âmbitos municipal²⁶, estadual²⁷ e federal²⁸, com a inclusão de minuta de justificação, para que parlamentares em todo o país pudessem utilizá-los como modelos. Como veremos no último capítulo, o impacto e o alcance da criação dos anteprojetos de lei, no país, por ora, é imensurável. Mas, ainda com o foco em reconhecer as características das soluções propostas pelo ESP, para além das diretrizes principais, voltadas à manutenção da autoridade parental em relação aos valores e crenças dos filhos, à não interferência em aspectos da religião, à imparcialidade do Estado no que diz respeito ao “amadurecimento sexual” dos estudantes, à questão das propagandas político-partidárias (inclusive em agremiações de alunos), parece ser primordial o aspecto “pedagógico” dos anteprojetos, a ver:

“**Art. 5º.** As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 420 milímetros de largura por 594 milímetros de altura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”²⁹.

“**Parágrafo único.** Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo

²³ Disponível em: <<https://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutrinacao-nas-escolas/>>. Acesso em 12.09.2020.

²⁴ Notificações disponíveis no anexo 1.

²⁵ Disponível em: <<https://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutrinacao-nas-escolas/>>. Acesso em 12.09.2020.

²⁶ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-municipal/>>. Acesso em: 09.09.2020.

²⁷ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-estadual/>>. Acesso em: 09.09.2020.

²⁸ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-federal/>>. Acesso em: 09.09.2020.

²⁹ Idem.

que possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados"

³⁰.

Passaria, assim, a ser de responsabilidade dos ambientes educacionais não apenas zelar pela condução dessas determinações, como informá-las aos participantes do processo educacional e seus responsáveis. A ênfase na estratégia da disseminação da informação vem acoplada a elementos que organizam as possibilidades dos denunciantes, como pode ser visto:

Art. 7º. As escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas deverão assegurar aos estudantes o direito de gravá-las, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.³¹

A estratégia de combate à “doutrinação” seria determinar, via PL, as normas, o modo de exibi-las e as condições de denúncia, porque, do ponto de vista do ESP, jamais seria possível, se não por ordenamento jurídico, conter a conduta de milhares de professores que “entrariam todos os dias em sala de aula dispostos a ações de doutrinação abusivas, diante de uma audiência cativa, em condição vitimizada”.

A seleção das ideias dentro do segundo fluxo de Kingdon tem critérios de viabilidade técnica, compartilhamento de valores, adesão da opinião pública e, conseqüentemente, dos formuladores de políticas públicas. O Programa Escola Sem Partido tenta suprir as condições técnicas de sua viabilidade – a partir da determinação da exposição da informação e dos modelos de denúncia –, ao mesmo tempo em que busca uma adesão da audiência a partir da disseminação das normativas estabelecidas pelo texto da Lei, sob viés interpretativo do Movimento, sustentados, como vimos anteriormente, pela construção de um discurso também de dimensão simbólica, com ênfase no “compartilhamento de valores”.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Ainda, o site do Movimento apresenta um documento³², também de autoria de Miguel Nagib, sobre a suposta Constitucionalidade do Programa, que, segundo o autor, está referenciada no texto da CF / 88.

Vale recordar que as soluções do segundo fluxo dependem, justamente, de indivíduos imbuídos da causa de disseminar as ideias para construir um ambiente propício à aceitação das alternativas apresentadas, tanto do ponto de vista do governo quanto da opinião pública, a partir da persuasão da audiência. A relação quase de indistinção entre Miguel Nagib e o Escola Sem Partido é um aspecto central, portanto.

2.3. Fluxo 3: a conturbação política

O terceiro fluxo de Kingdon é a política, que, por sua vez, está associada, como vimos, a três principais elementos: 1. o humor nacional; 2. as forças políticas organizadas; e 3. as transições de/e no interior do governo. O recorte temporal que contempla a existência do Escola sem Partido na política brasileira, considerando como ponto de partida a confluência entre Miguel Nagib e Olavo de Carvalho, transpassa um período de conturbação nos três elementos do terceiro fluxo: começa com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, os 13 anos de governo petista, as jornadas de junho (2013), o processo de impeachment (2016), a prisão do ex-presidente Lula (2018) e a eleição de Jair Bolsonaro (2018), entre outros eventos imprescindíveis. Uma análise alongada a partir dos Fluxos de Kingdon, sem dúvida, poderia desenvolver as camadas de tais eventos, fundamentais para a compreensão das transformações e manutenções das regras internas e estruturas da política no país. No entanto, não será possível dar a cada uma dessas passagens a complexidade adequada e o foco aqui será, principalmente, pontuar algumas ações no cenário das políticas educacionais.

Desde o início dos anos 2000, as políticas educacionais no Brasil sofreram transformações significativas a partir da eleição do ex-presidente Lula. O encontro entre Olavo de Carvalho e Nagib, em meados de 2003, também relacionado com a visibilidade de pensadores identificados com o conservadorismo, como José Osvaldo de Meira

³² Disponível em: < <http://escolasempartido.org/wp-content/uploads/2018/02/pfesp.pdf>>. Acesso em: 07.09.2020.

Penna e Nelson Lehman da Silva, é contemporâneo, por exemplo, à promulgação, pelo recém-empossado Presidente, da Lei 10.639 (aprovada em 1999)³³, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e culturas afro-brasileiras e africanas em escolas, públicas e particulares, em todos os ciclos da educação básica.

Ainda no mesmo recorte temporal, mais especificamente em 2007, composto pela Secretaria Especial de Direitos Humanos / Presidência da República, o Ministério da Justiça, a UNESCO e o Ministério da Educação (MEC), o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos³⁴. O intuito era condicionar as políticas educacionais aos aspectos de inclusão previstos em acordos internacionais. Já em 2012, através da Lei 12.612/2012, sancionada pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff, o educador Paulo Freire foi nomeado patrono da educação brasileira, no mesmo ano em que foi aprovada a Lei 12.711/2012, que estipulava a obrigatoriedade de cotas para Institutos, Universidades e Centros Federais.

Miguel Nagib identifica como marco da mudança dos “ventos políticos anti-conservadorismo” os anos 2014 e 2015, que foi quando, segundo ele, “a esquerda começou a balançar as pernas, houve uma convergência de fatores. (...) a direita começou a se fortalecer, ganhar um pouco de impulso” (NAGIB, 2020)³⁵. A convergência de fatores é identificada com o fortalecimento e a reunião de importantes movimentos à direita no país.

O maior apoio veio de ativistas e políticos de direita – incluindo Bolsonaro e seus filhos – que perceberam a importância desse tema para a sociedade e o potencial eleitoral dessa bandeira. Acho que praticamente todos os movimentos de oposição à esquerda apoiaram o ESP. Cito de memória o Movimento Conservador (antigo Direita São Paulo), o MBL, o Nas Ruas, o Avança Brasil e outros.³⁶

No entanto, de acordo Daniel Cara, cientista político, coordenador do movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação e um dos principais opositores

³³ Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

³⁴ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

³⁵ NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020.

[Vide anexo 1]

³⁶ Idem.

ao Escola Sem Partido, o início da mudança do sentimento nacional acontece em 2010. Segundo o pesquisador, após dois mandatos de governo Lula e com uma aprovação que à época superava 80%, Movimentos de tendência conservadora, como ESP, encontravam pouco espaço na pauta pública, principalmente sob a hipótese de doutrinação à esquerda. Contudo, em 2010, a campanha eleitoral entre José Serra e Dilma Rousseff trouxe um fato novo: o discurso moral ligado à sexualidade e ao gênero, tendo como disparador o tema do aborto³⁷, e a ascensão do neopentecostalismo (MIRANDA, 2019) na política institucional. Segundo Cara:

O ESP vem andando em paralelo, mas sobre doutrinação de esquerda. Em 2010, o Programa encontra com a pauta contra a ideologia de gênero, que acaba por crescer dentro da igreja brasileira e em representatividade política. O movimento encontra a esfera em que ele, de fato, consegue atuar. Não há nada que gere maior temor aos pais do que a questão da sexualidade. (CARA, 2020)³⁸

A pesquisa sobre a “invenção da ideologia de gênero” (2018), de Rogério Diniz Junqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da Universidade de Brasília (UnB), fortalece a hipótese de Cara. Diniz identifica o movimento no seio da Igreja Católica com o papado de Joseph Ratzinger, Bento VI, entre 2005 e 2013. De acordo com Junqueira, apesar de Ratzinger não ser a principal força motriz a “fazer do gender uma anátema”, sua influência trouxe à igreja novos ares conservadores, em oposição à Teoria da Libertação: “(...) ele [o Papa] manteve um ataque permanente ao relativismo cultural, ao feminismo, à liberdade sexual e à homossexualidade, em uma defesa intransigente da doutrina católica” (2018, p. 477 - 478).

Na análise de materiais históricos do Vaticano e dos discursos do ex-Papa, Junqueira identifica a ênfase na inegociabilidade de temas que seriam dogmas da doutrina cristã e, como protagonista, a questão do gênero no centro do debate. Ainda segundo o autor:

³⁷

Disponível

em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101010_debate_segundoturnorg>. Acesso em 25.11.2020.

³⁸ CARA, Daniel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por Google Meet, em 08 de setembro de 2020. [Vide anexo 2]

“Teoria de gênero”, “ideologia de gênero” e suas variações não são meras locuções. São sintagmas neológicos fabricados na forma de rótulos e slogans políticos e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização. Em outras palavras, “teoria” e “ideologia de gênero”, mais do que operarem como disposições de percepção e classificação, agem também como poderosas categorias de mobilização política. (Idem, p. 457)

Do ponto de vista da gestão pública, a educação se transforma em uma das principais zonas de conflito, uma vez que pelo potencial formativo de longo prazo, é historicamente um dos primeiros ambientes a produzir políticas inclusivas e: “Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais” (Idem, p. 453).

O reconhecimento do movimento conservador na Igreja, atrelado à ideia de “ideologia de gênero”, encontra consonância temporal com o diagnóstico de Cara da política local, a partir do debate de um fato caro à história recente da política brasileira: o suposto “kit gay”. Em 2004, foi lançado pelo governo federal, sob Lula, o programa “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, que objetivava o combate à violência e ao preconceito contra populações LGBTQ+. Um dos projetos previstos no programa era o “Escola sem Homofobia”, que enfatizaria as políticas de combate ao preconceito de gênero na educação. Em uma parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi criado um material didático (apostilas, vídeos e sequências didáticas), o “Escola sem Homofobia”, produzido durante 4 anos, em um investimento que chegou a R\$1.9 milhões de reais, e seria impresso e distribuído em 2011 em escolas de educação básica, já no governo de Dilma Rousseff. De acordo com o material “Escola sem Homofobia”:

O Plano de Implementação proposto pelo Programa Brasil sem Homofobia recomenda em seu componente V – “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação

da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana. (2008, p. 8)

Desde a apresentação, o texto informa que o Projeto foi elaborado junto a movimentos sociais associados às reivindicações LGBTQ+. No entanto, quando o material estava pronto a ser distribuído às escolas, movimentos conservadores da sociedade junto a atores do Congresso Nacional começaram uma campanha de oposição ao Projeto, que foi nomeado pejorativamente como “kit gay”. A principal acusação é que a ação do governo seria um estímulo “ao homossexualismo e à promiscuidade”. À época, um dos principais opositores era o então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), como informa matéria do G1, publicada em 12 de maio de 2011³⁹:

A proposta, porém, tem provocado reações variadas, reacendendo o debate em torno da conveniência de levar o assunto para dentro das salas de aula. Em panfletos distribuídos em escolas do Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) alega que o MEC e grupos LGBT "incentivam o homossexualismo" e tornam "nossos filhos presas fáceis para pedófilos".

No panfleto, Bolsonaro criticou o MEC. O principal alvo foi o que o deputado apelidou de “kit gay” - filmes e cartilhas contra a discriminação sexual, que o MEC deve começar a distribuir nas escolas de ensino médio no segundo semestre. "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", diz o panfleto.

O governo Rousseff recuou e o material não chegou a ser distribuído, provocando protestos em movimentos sociais ligados à causa sob a pecha de retrocesso. A discussão sobre o “Kit Gay” voltou à tona em 2018, no período eleitoral, quando a campanha de Jair Bolsonaro retomou a acusação contra o adversário Fernando Haddad, que, inclusive, era titular do MEC à época do Projeto “Escola Sem Homofobia”.

A questão do recuo em relação ao “Escola sem Homofobia” é lida por Daniel Cara como uma estratégia para responder a um dos primeiros conflitos do governo Rousseff,

³⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-homofobia-provoca-debate.html>>. Acesso em 12.11.2020.

o escândalo do crescimento do patrimônio (em 20 vezes entre 2006 e 2010)⁴⁰ de Antonio Pallocci, ministro da Casa Civil, e sua queda em junho de 2011:

O grande lance foi que a primeira crise do governo Dilma, uma das primeiras crises, que é a questão do Palocci, é negociada pela derrubada do Kit Anti-Homofobia, que eles chamavam de kit gay. Por mais que tenha aparentemente acalmado os ânimos, isso não segurou, porque o movimento conservador cresceu no congresso.

De acordo com Cara, o país viu emergir, como liderança da representação do discurso religioso institucional, com ênfase no neopentecostalismo (MIRANDA, 2019), uma das figuras centrais para as transformações que a política sofreria a partir de então, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, atualmente preso. Cunha foi o responsável pela aceitação e abertura do processo de impeachment que, em 2016, afastou Dilma Rousseff do poder. Antes de se tornar uma figura emblemática na bancada da bíblia, as relações de Eduardo Cunha eram com parcelas do empresariado.

A tensão do contexto e tomada da “ideologia de gênero” na pauta pública, com ênfase no crescimento da representação política do neopentecostalismo, segundo Cara, foi identificado por Miguel Nagib e simpatizantes do ESP como uma oportunidade de crescimento que, de fato, se concretizaria dali em diante.

Eles foram percebendo que no cenário da questão de gênero eles conseguiriam penetrar no debate da sociedade, a tal ponto que a principal articulação que eles criam é a vinculação de que o socialismo, o comunismo, enfim, a esquerda é pervertida sexualmente. A crítica ideológica da esquerda passa a ser questão sexual. Tem, inclusive, a fala emblemática de uma pastora que diz: “sexo acima de dois minutos é socialismo, é perversão”.⁴¹

(...)

Claro, vimos o impacto grande tanto na eleição de 2014, mas principalmente na de 2018. Perceba que esse movimento consegue, a partir da questão da sexualidade, penetrar nas famílias, mas tem um fato que é mais importante: ele é beneficiado por algo que não previa, que é o crescimento do neopentecostalismo de representação política. (CARA, 2020)⁴²

⁴⁰ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/os-escandalos-que-marcaram-o-governo-dilma-em-2011/>>. Acesso em 20.11.2020.

⁴¹ CARA, Daniel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por Google Meets, em 08 de setembro de 2020. [Vide anexo 2]

⁴² Idem.

O acirramento das eleições de 2014, com a condução de Dilma Rousseff ao segundo mandato presidencial, que desembocaria, em 2016, no processo de impeachment, elegeu o congresso mais conservador desde 1964, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)⁴³. Após os escândalos de corrupção, as jornadas de 2013 e o que foi nomeado mais tarde como lavajatismo na mídia e no judiciário, projetos de discurso conservador passaram a figurar a opinião pública, em uma mudança de contexto radical em relação ao início dos anos 2000.

Uma das evidências disso acontece em 2018, junto aos resultados das eleições, em 28 de outubro, quando as perspectivas de um crescimento conservador se concretizaram nas urnas. A deputada eleita pelo PSL, Ana Caroline Campagnolo, faz um vídeo em suas redes sociais, com repercussão nacional, pedindo que alunos enviassem vídeos de professores em sala de aula em “manifestações político-partidárias ou ideológicas” para um canal específico de denúncia⁴⁴. Houve um debate jurídico em torno da legalidade da ação e após o tribunal de Santa Catarina autorizar a manutenção da mensagem e do canal de denúncia, o Ministro do STF, Edson Fachin, em 08 de fevereiro de 2019, anulou a decisão, suspendendo a ação da deputada. Apesar da barreira jurídica, vale enquanto um diagnóstico do momento do país o apoio que a deputada recebeu por parte da sociedade civil, em manifestações principalmente via redes sociais, e a vinculação direta que essas mensagens faziam ao Escola Sem Partido, como o que pode ser visto abaixo, no Twitter, em 01/11/2018, pelo perfil “AninhaC_13”:

“@gen_Mourao @jairbolsonaro Há um manifesto em apoio à Prof. Caroline Campagnolo por uma escola sem partido... Se houver interesse peço que assinem e publiquem. Precisamos do engajamento da sociedade, para que nossas crianças não sejam conduzidas de forma travestida pela esquerda”.⁴⁵

Sem dúvida, para concretizar um panorama mais amplo em relação às transformações da política na transição entre os governos do PT e a atual situação, com o governo de Jair Bolsonaro, seria necessário recorrer a outras bibliografias e à

⁴³ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em 11.11.2020.

⁴⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>>. Acesso em 11.11.2020.

⁴⁵ O tuíte é parte do levantamento realizado pelo trabalho em dois intervalos temporais entre 2016 e 2018 sobre a palavra-chave “escola sem partido”.

multiplicidade de atores envolvidos. Por ora, o intuito, aqui, foi pontuar acontecimentos estratégicos mais diretamente relacionados, como forma de organizar a relação de alguns discursos que são recorrentes no Programa Escola Sem Partido e que, inicialmente, sem tais articulações da história recente da política brasileira, não teriam uma conexão tão direta.

3.1. As janelas se abrem: a convergência

Com este breve mapa sobre a natureza do problema público, a solução proposta pelo movimento e o cenário político, a partir dos Fluxos de Kingdon, a ideia neste tópico é mapear o alcance da proposta do Programa a partir de dois principais aspectos: uma análise de rede para capturar a mobilização do ESP nas redes sociais digitais e a apresentação de um levantamento da disseminação dos projetos por estados e municípios brasileiros.

3.1.1. Análise de redes na formação de agenda

Como visto anteriormente, a formação de agenda nasce como uma subárea da Ciência Política em interdisciplinaridade com os estudos de Comunicação Social. Atualmente, em nenhuma das duas grandes áreas do conhecimento, é possível ignorar o impacto e as mudanças que as novas tecnologias, com ênfase nas redes sociais, têm produzido social e politicamente. No que diz respeito ao ESP, o Movimento tem a sua ascendência associada ao crescimento do uso das redes de modo geral, mas principalmente no debate político e na formação da opinião pública.

Os dados levantados pela pesquisa correspondem, inicialmente, ao que foi identificado pelo Google Trends, uma ferramenta do Google que mapeia os termos buscados a partir de marcos temporais, geográficos e de frequência. E, em um segundo momento, através de um levantamento do Twitter em dois marcos temporais identificados como “picos” do Movimento Escola Sem Partido pelo Google Trends.

Os dados serão lidos a partir da análise de conteúdo (AC), uma metodologia organizada nos estudos de rastros publicados em torno de uma temática, assunto ou objeto de estudo, que podem ser desmembrados tanto quantitativa quanto qualitativamente. É uma metodologia que está caracterizada em três etapas: codificação dos dados, categorização e inferência. A codificação refere-se à elaboração de categorias em números e agregação, com o intuito de criar uma amostragem estatística ou, ao menos, representativa para o que está sendo estudado; a categorização é a costura dos critérios e da classificação de conjuntos submetidos a eles; por fim, as inferências correspondem à interpretação e articulação conceitual a partir

dos contextos de análise (BARDIN, 2004, p. 97). A AC, uma vez que conforma codificação de termos por frequência e correlação, permite deduções a partir de relações de grandes e médios conjuntos de dados.

No Google Trends, a pesquisa foi realizada no intervalo de tempo entre janeiro de 2004, pouco antes da criação oficial do ESP, até o início de setembro deste ano, 2020, mais especificamente: 01/01/2004 – 01/09/2020. O termo de busca foi: “escola sem partido”. Como podemos identificar, o gráfico abaixo consolida o índice de interesse pelo termo ao longo dos últimos 16 anos.



Fonte: Retirado do Google Trends

O Google Trends não apresenta números absolutos, a escala de 0 a 100 é um acompanhamento comparativo da evolução de determinada palavra-chave, no caso, “escola sem partido”. Vale dizer, ainda, que ferramenta do Google Trends passou por um processo de aprimoramento analítico em 01/01/2016, o que deve ser considerado na observação, porque pode apresentar diferenças de resultado.

Os dois principais picos do movimento, identificado pela ferramenta, aconteceu em 2016 e, posteriormente, 2018, mais especificamente nos meses de julho e fim de outubro/início de novembro respectivamente.

O segundo aspecto relevante do mapeamento, via Google Trends, são os assuntos relacionados por cruzamento de interesse, ou seja, quais outros interesses de pesquisa por parte daqueles que fizeram menção à palavra-chave.

1	Escola sem Partido - Assunto	6	Votação - Assunto
2	Projeto - Assunto	7	Partido político - Tipo de organização
3	Lei - Assunto	8	Jair Bolsonaro - Presidente do Brasil
4	Escola - Assunto	9	Redação - Assunto
5	Projeto de lei - Assunto	10	Professor - Profissão

Fonte: Retirado do Google Trends

A maioria dos termos que aparecem nos dois levantamentos está diretamente relacionada aos tópicos da palavra-chave: projeto, o que é, lei, projeto de lei, partido político, votação, professor - palavras que complementam o sentido de “escola sem partido”. No entanto, os dois quadros apresentam menção ao atual Presidente da República, que, à época dos picos, ainda ocupava o papel de possível candidato, em 2016, e de recém-eleito, em 2018; e do Senado, também se referindo a uma instituição dos poderes da política Institucional.

Inicialmente, o projeto em relação à análise de redes sociais era trabalhar com dados do Twitter e do Facebook, as redes que tiveram papel central nos debates políticos na última década. No entanto, depois do vazamento de dados de 87 milhões de usuários no Facebook, no escândalo da Cambridge Analytica, as políticas de disponibilização de informações das redes do Facebook foram alteradas, dificultando o acesso mesmo para fins acadêmicos. Contextualizando, desde 2014, as denúncias trouxeram à tona que a Rede coletava, combinava e analisava dados, com serviços voltados ao marketing político. O algoritmo, conhecido como “algoritmo das emoções”, tinha o papel de mapear nichos, para, assim, criar estratégias de disparos de mensagens de acordo com interesses políticos, a partir de informações privilegiadas dos eleitores/usuários das redes sociais.

Essas informações privilegiadas coletadas não passaram pela autorização dos usuários, que não tinham conhecimento que, ao alimentar as redes com dados pessoais, os mesmos seriam usados com fins políticos. Um ex-funcionário da empresa, Christopher Wylie, vazou para a imprensa o passo a passo das ações sigilosas da Cambridge Analytica, de modo que jornais, como The New York Times e The Guardian, passaram a noticiar a amplitude da manipulação dos dados.

O fato colocou o mundo político e jurídico em um impasse frente às novas redes, justamente pela estrutura analógica do direito ainda não ter legislação para lidar com eventos dessa natureza, que rompem, inclusive, as fronteiras locais. No Brasil, por exemplo, 443.117 usuários tiveram seus dados violados; já nos EUA, o número chega a mais de 70 milhões de vítimas.

Por conta disso, a estratégia do trabalho focou o recorte no Twitter, que, diferente do Facebook, que é uma rede voltada a um público mais amplo, tem uma ação mais sistemática de jornalistas, políticos e partidos, movimentos, marqueteiros, grupos de interesse e articuladores na opinião pública. Apesar de não ser uma rede que apreende o alcance expandido das interações, é um ambiente privilegiado para observar a formação de estratégias comunicacionais que são transmitidas a outras redes, como o Facebook e o WhatsApp.

Em relação ao ESP, desde 2010 o Twitter registrou mais de 2 milhões de tuítes com menção ao Programa. Com uma conta de desenvolvedor (twitter para developers), a partir de linguagem de programação R e Python, a plataforma autoriza baixar 5.000 tuítes/mês gratuitamente, no caso de um intervalo temporal superior a 7 dias. Existem empresas que comercializam tais dados; um orçamento para acesso dos mais de 2 milhões de tuítes de menção ao ESP, por exemplo, é 6 mil dólares.

Para lidar com a restrição, a metodologia proposta foi estabelecer dois recortes temporais a partir dos picos identificados pela plataforma do Google Trends. Assim sendo, foram criadas 4 contas de desenvolvedor, para ampliar a possibilidade de acesso aos materiais da Rede, o que garantiu 67.884 tuítes, entre 17/07/2016 - 23/07/2016 (32.590 tuítes) e 26/10/2018 - 03/11/2018 (35.294 tuítes). Os dados foram organizados em tabelas de Excel com as seguintes categorias: ID (o número de identificação), conta (o perfil (@) responsável pela postagem), label (o tipo de @ responsável pelo post), texto (o tuíte na íntegra), curtidas (quantidade de curtidas), retuítes (quantidade de retuítes) e posição (notícia, contra ou a favor ao ESP).

A primeira ação foi um segundo recorte para ampliar a condição de análise transversal dos dados: selecionar, em cada um dos períodos, os 1000 tuítes mais retuitados. A opção por trabalhar com retuítes e não curtidas tem como justificativa a

maior probabilidade dos retuítos furarem as bolhas que conformam as contas de origem, ampliando, assim, o alcance, enquanto as curtidas ficam mais restritas aos seguidores de determinada @.

A ação seguinte foi classificar manualmente os perfis em 9 categorias: Associações e movimentos; Blog; Influencer; Mídia; Ministério Público; Página de engajamento; Perfil autônomo; Político; Partido. Ainda sobre a classificação, a separação entre Mídia e Blogs partiu da compreensão de que há uma série de Blogs especializados que, muitas vezes, caminham em conformidade com agendas de movimentos, associações, entidades, inclusive em perfis ativistas ou militantes. Ou seja, têm uma posição distinta da Mídia tradicional, que tende a ser mais informativa e busca o rótulo de imparcialidade, mesmo que seja inalcançável como já exaustivamente discutido nas teorias da comunicação.

Vale esclarecer que o critério para diferenciar os 'Influencers' e as 'Páginas de engajamento' dos 'Perfis autônomos' foi o número de seguidores. As @ com o número de seguidores superior a 2000 foram consideradas Influencers, enquanto aquelas que se mantinham em uma quantidade inferior de seguidores, como perfis autônomos; a regra em relação às páginas de engajamento foi a mesma. Para ter uma dimensão do alcance, no entanto, foi elaborada uma segunda subdivisão: influencers > 50 mil seguidores e influencers < 50 mil seguidores. Uma pesquisa de maior fôlego, sem dúvida, poderia subdimensionar em mais fatias, mas essa diferenciação já permite a visualização necessária ao escopo deste trabalho.

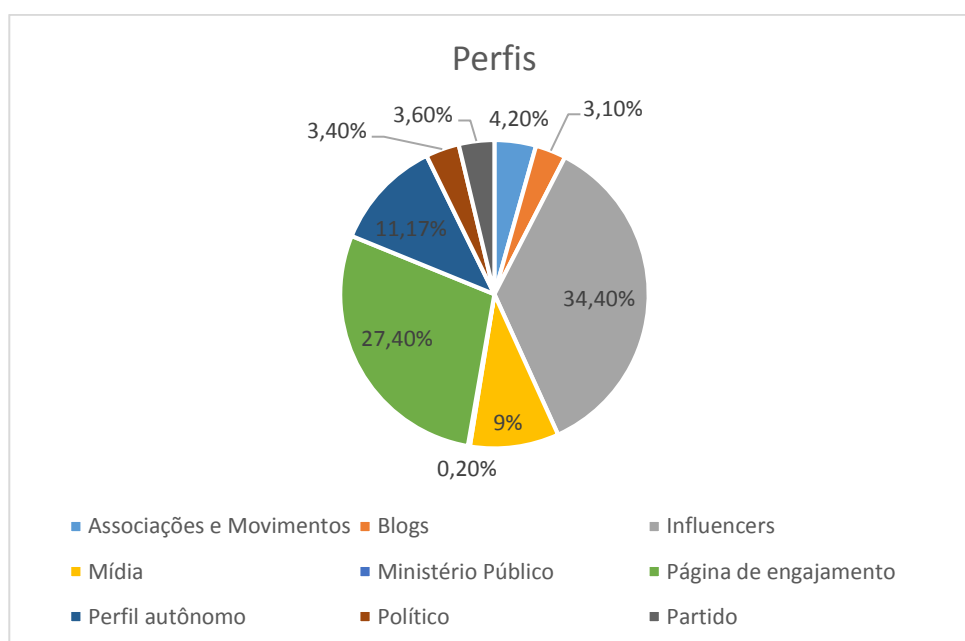
Além dos perfis, as tabelas foram preenchidas, também manualmente (para evitar erros de precisão), com a posição dos tuítos em relação ao ESP, sendo elas: 'contra', 'a favor' e 'notícia', a última direcionada ao compartilhamento de informações fatídicas sem disposição opinativa.

2016:

Para contextualizar brevemente o primeiro recorte temporal, 17/07/2016 - 23/07/2016, o pico aconteceu simultâneo ao portal do Senado Federal abrir uma enquete sobre o PLS 193/2016, do então Senador Magno Malta (PL-ES), que apresentava a seguinte ementa: "Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional,

de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido", com a "Explicação da Ementa: Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".⁴⁶ A mobilização nas redes aconteceu a partir de uma disputa de engajamento entre apoiadores e não-apoiadores para "vencer" a enquete da consulta pública proposta pelo Senado. À época, o PL, que viria ser retirado pelo próprio Magno Malta em novembro de 2017, estava na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob relatoria do Senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

Como podemos ver adiante com os dados de 2016:

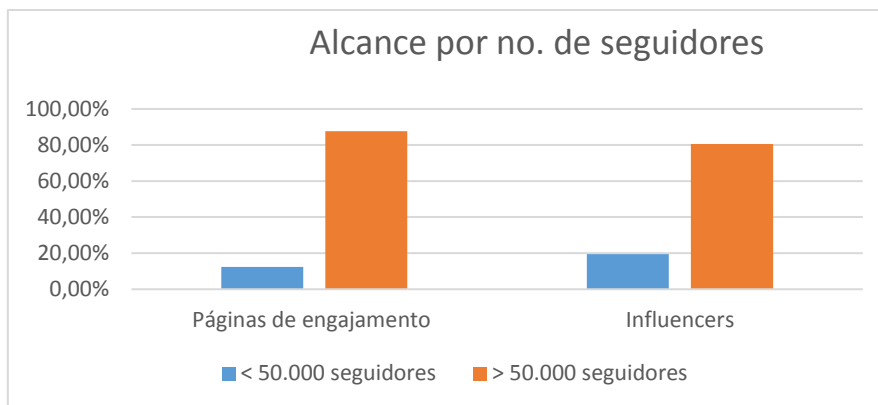


Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os posts mais retuitados, as @ com presença quantitativamente mais relevante são: 'Influencers', 'Páginas de engajamento' e 'Perfis autônomos'. Chama atenção, de partida, que não ocupem as primeiras posições os grupos geralmente estudados nas análises de *stakeholders* de gestão pública mais tradicionais, como os políticos, os partidos, movimentos e associações e, até mesmo, a mídia tradicional.

Ainda para uma visualização mais precisa dos perfis, vale observar o gráfico abaixo que informa sobre o número de seguidores das @ 'influencers' e 'páginas de engajamento':

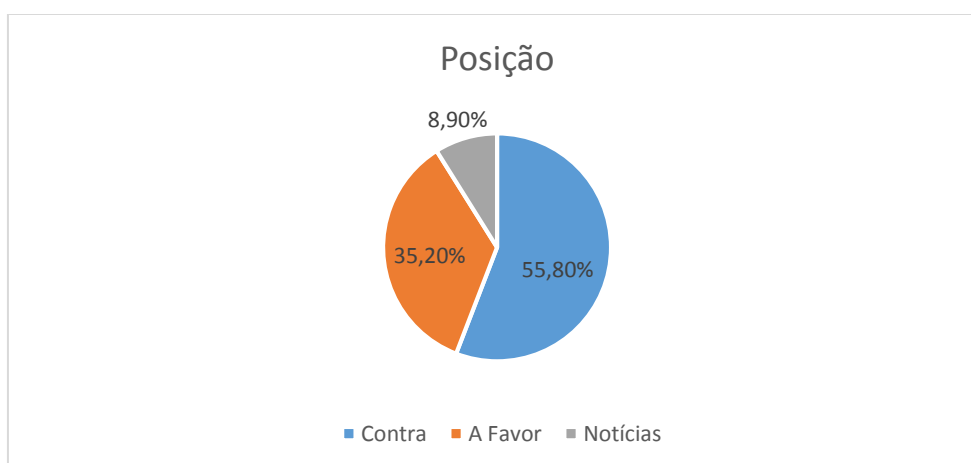
⁴⁶ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em 18.11.2020.



Fonte: Elaborado pelo autor

Como está evidenciado, a maior parte das 'Páginas de Engajamento' e de 'Influencers' são perfis com até 50.000 seguidores. No entanto, os perfis que superam o número base variam de <50.000 a milhões de seguidores, promovendo impactos de dimensões distintas.

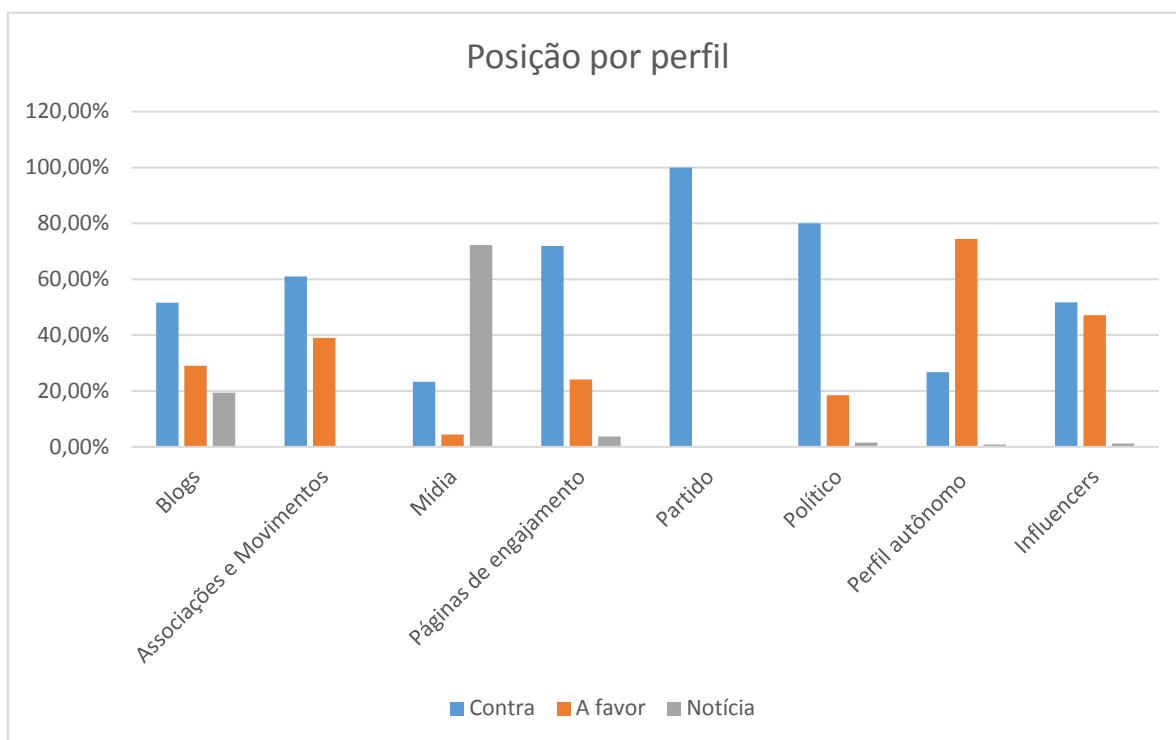
No que diz respeito ao cenário das posições gerais (contra, a favor e notícias), a situação é a seguinte:



Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos que apoiam o ESP, os tuítes contra o Movimento apresentam uma vantagem percentual superior a 20%. O compartilhamento de notícias ocupa o terceiro lugar, trazendo o dado de que o ESP convoca mais posições ativistas em relação à pauta do que exclusivamente informativas.

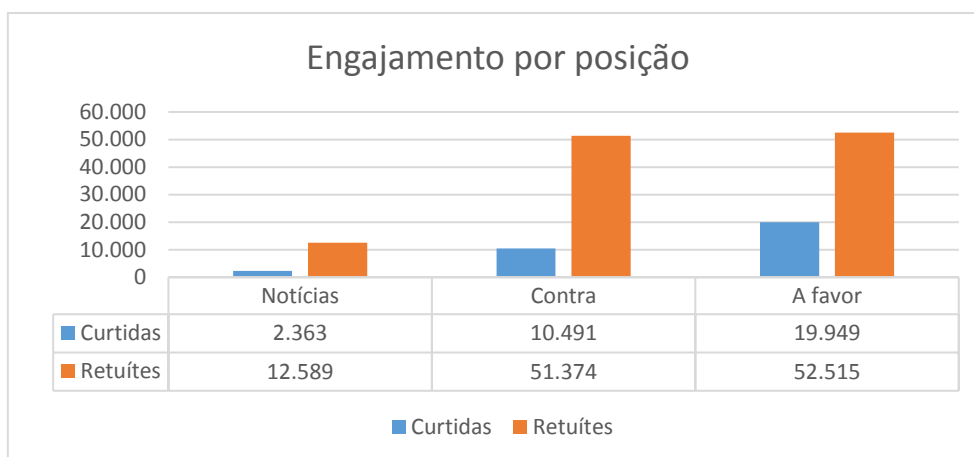
Quando as posições estão dispostas em relação aos perfis, observa-se:



Fonte: Elaborado pelo autor

Chama atenção o fato de que categorias tradicionais da análise de stakeholders, como políticos e partidos, apresentam uma tendência majoritária ‘contra’ o projeto; no caso de Associações e Movimentos, a situação se repete, mas com uma diferença de menor escala. No caso das páginas de engajamento, o ‘contra’ apresenta ainda uma vantagem mais ampla, o que está reduzido no caso dos Influencers, com um quase empate, e invertido nos Perfis autônomos, que garantem uma vitória larga ao ‘A favor’. Nos Blogs, a situação favorece o ‘contra’; e na mídia, majoritariamente com notícias, também o ‘contra’ apresenta maior incidência.

A princípio, uma primeira análise chegaria à conclusão de que o apoio ao ESP nas redes sociais é menor do que a oposição ao projeto. Contudo, um último dado questiona esta primeira dedução, como veremos a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar de o 'contra' apresentar larga vantagem em número de posts, quando a análise se debruça sobre o engajamento produzido pelos posts, a posição 'A favor' supera em números absolutos tanto em curtidas quanto em retuítes, evidenciando que os posts produziram maior engajamento por parte dos apoiadores do que na oposição.

Por fim, ainda com os dados de 2016, foram elencados os textos dos 10 posts mais comentados e mais curtidos do levantamento:

- 10 posts mais Curtidos:

1. Escola sem partido é um projeto de minha autoria que proíbe doutrinação política, ideológica e religiosa na escola! Conto com você
2. Para votar a favor de Escola Sem Partido: <https://t.co/sxLkQz3uYA>
3. PT mobilizou militância a votar contra Escola Sem Partido. Quer manter Brasil no 83º lugar do Índice de Capital Humano ou piorar ainda mais.
4. o autor do projeto escola sem partido tá fumando umas parada muito massa <https://t.co/dxGzDyRezn>
5. Ministério Público Federal declara que Escola Sem Partido é inconstitucional. <https://t.co/HlxC5YuedI>
6. "Nota técnica"? Piada. Texto militante da procuradora esquerdista Debora Duprat contra Escola Sem Partido só confirma o que projeto combate.
7. Se você é contra ESCOLA SEM PARTIDO, participe da enquete que o senado está fazendo <https://t.co/vcmY1k8Lqv>
8. A coisa é séria: são sindicatos, ONGs, partidos políticos, todo mundo se mobilizando para fazer a caveira do "Escola Sem Partido".
9. Após a nota da ativista disfarçada de procuradora Debora Duprat contra o Escola Sem Partido, é hora de lançar a campanha #MPFSemPartido.
10. Vídeo – José Medeiros rebate ataque de Fátima Bezerra a Escola Sem Partido: <https://t.co/10cjQIU847>
<https://t.co/qpaFerpniu>

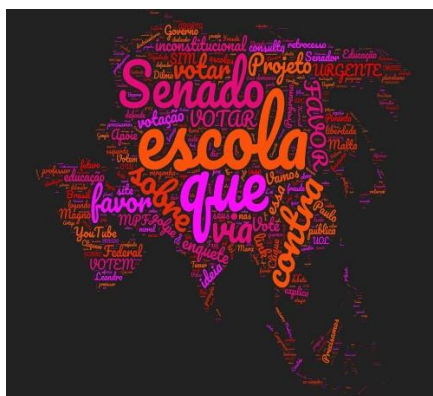
- 10 posts mais retuitados:

1. Para votar a favor de Escola Sem Partido: <https://t.co/sxLkQz3uYA>
2. PT mobilizou militância a votar contra Escola Sem Partido. Quer manter Brasil no 83º lugar do Índice de Capital Humano ou piorar ainda mais.
3. "Nota técnica"? Piada. Texto militante da procuradora esquerdista Debora Duprat contra Escola Sem Partido só confirma o que projeto combate.
4. Após a nota da ativista disfarçada de procuradora Debora Duprat contra o Escola Sem Partido, é hora de lançar a campanha #MPFSemPartido.

5. Vídeo – José Medeiros rebate ataque de Fátima Bezerra a Escola Sem Partido: <https://t.co/I0cjQIU847>
<https://t.co/qpaFerpmiu>
6. Debora Duprat é ativista de esquerda há tantos anos que devia declarar-se suspeita pra julgar Escola Sem Partido. Mas ativista não faz isso.
7. Debora Duprat diz que Escola Sem Partido "subverte ordem constitucional" mas cita "razões" sem confrontá-las com texto do projeto. Só farsa.
8. Ministério Público Federal declara que Escola Sem Partido é inconstitucional. <https://t.co/HlxC5YuedI>
9. Quando Marx é baile de favela a escola sem partido pira #EscolaSemCensura <https://t.co/Ko6YApIvZ8>
<https://t.co/u6IQF1HoJu>
10. Escola sem partido: querem calar a educação #EscolaSemCensura <https://t.co/6KErJKCNd2>

A nota técnica a qual vários dos compartilhamentos se referem é da Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, Debora Duprat, em 21 de julho de 2016⁴⁷. O principal é observar a tendência majoritariamente ‘a favor’ do projeto entre os 10 tuítes mais curtidos e retuitados, fortalecendo a hipótese de que, apesar de quantitativamente as posições favoráveis estarem em menor número, apresentam maior engajamento entre os seguidores.

A nuvem de palavras, produzida pelo site <https://wordclouds.com>, com o texto de todos os tuítes analisados, traz uma dimensão do universo simbólico da movimentação das redes em torno do ESP:



Fonte: Elaborado pelo autor

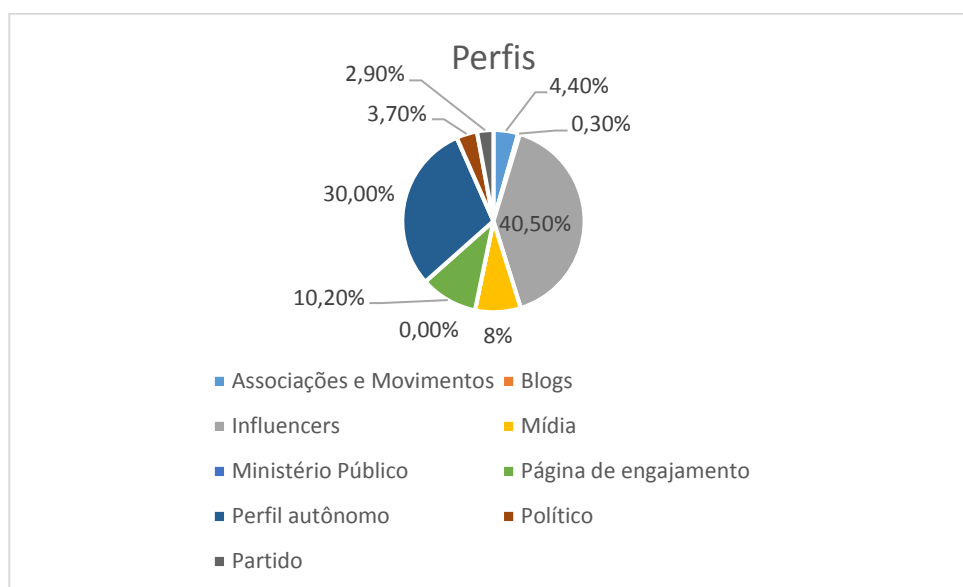
2018:

Já 2018, com o recorte temporal situado entre 26/10/2018 - 03/11/2018, encena outro contexto para o Programa Escola Sem Partido, o seu ápice. Com o resultado das eleições favoráveis aos apoiadores do Projeto, tanto presidencial quanto do Congresso, a pauta voltou à Câmara dos Deputados com o Projeto de Lei 7180/14, do deputado

⁴⁷ <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>

Erivelton Santana (Patri-BA). O contexto de tensão entre apoiadores e oposição, que poderá ser visto no embate do Twitter, era justamente a tentativa da oposição de barrar a pauta por vias regimentais e evitar que fosse votada em um momento de ampla maioria no Congresso.

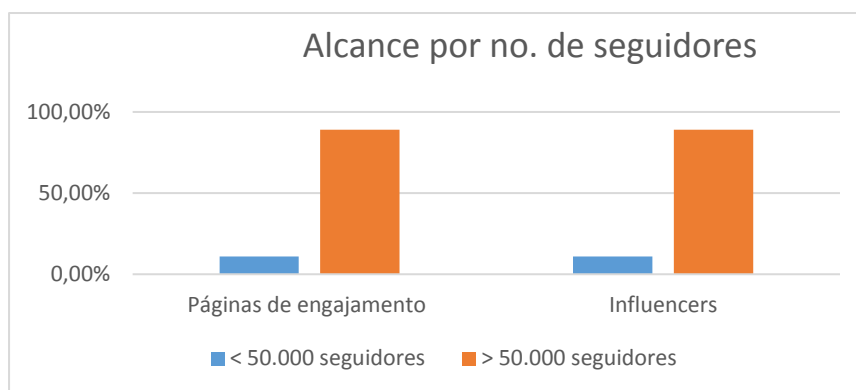
Em relação aos perfis, pode-se observar:



Fonte: Elaborado pelo autor

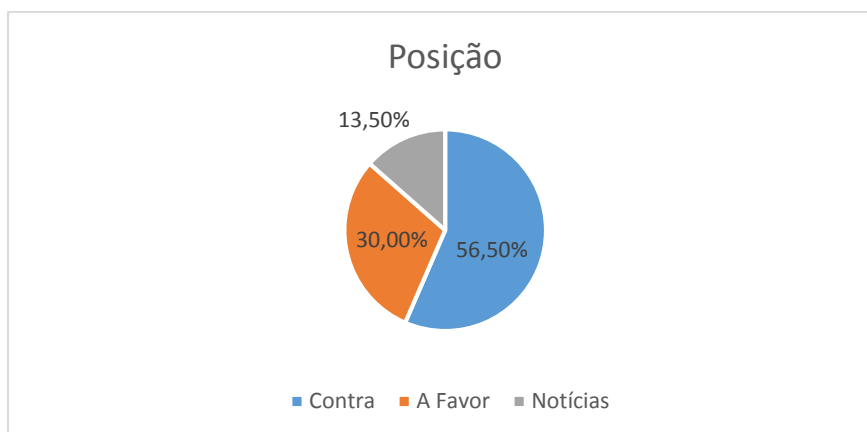
Há pouca variação em relação ao que está mapeado em 2016, mas uma informação significativa é: aumento exponencial, quase 200%, dos perfis autônomos. Para recordar, perfis autônomos são aqueles que apresentam um número de seguidores inferior a 2000. Uma curiosidade em relação a isso, que não foi explorada nesta pesquisa, mas pode ser em futuras, é que perfis autônomos correm maior risco de serem bots (robôs), contratados, projetados e programados para produzir posts sistemáticos em relação a alguma temática. Há várias discussões acadêmicas e midiáticas sobre o uso de bots nas eleições de 2018, mas não nos aprofundaremos nisso.

No que diz respeito ao alcance dos Influencers, a situação se manteve:



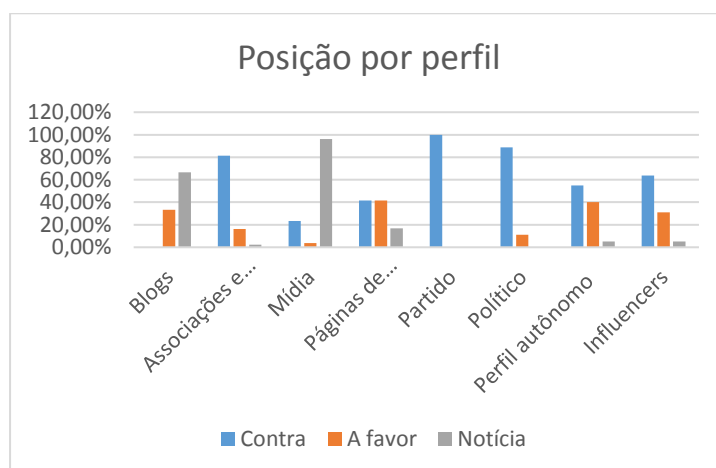
Fonte: Elaborado pelo autor

Nos posts sobre o apoio ou oposição ao ESP, também foram identificadas poucas variações:



Fonte: Elaborado pelo autor

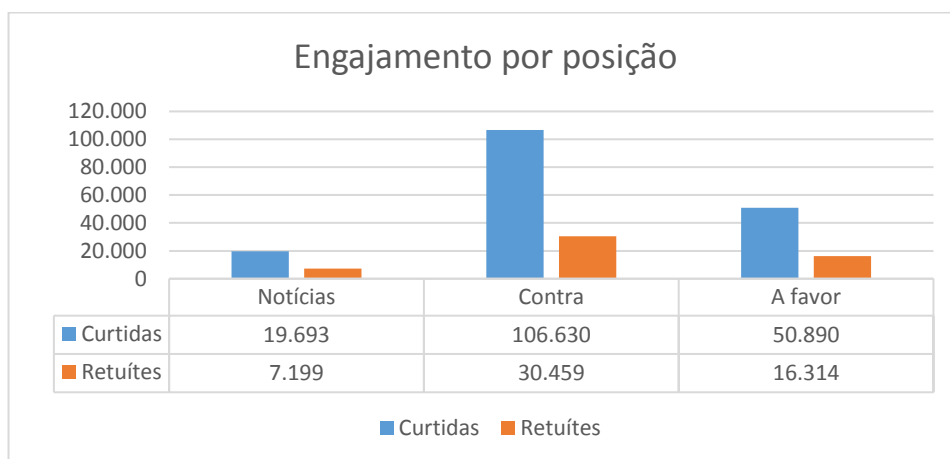
Cresce, mas não significativamente, o interesse por notícias, em uma variação de 5%, e o 'contra' amplia a vantagem sobre o 'a favor' em 6,5%. Quando analisada a posição no que diz respeito à disposição dos perfis, temos a seguinte situação:



Fonte: Elaborado pelo autor

As estruturas tradicionais, políticos e partidos, mantêm uma posição majoritariamente ‘contra’. Os blogs crescem em notícia e reverteram a situação que, em 2016, era majoritariamente ‘contra’, para uma ampla vantagem do ‘a favor’. A mídia mantém o mesmo quadro que nos anos anteriores. As páginas de engajamento reduzem a vantagem do ‘contra’ sobre o ‘a favor’, produzindo um empate. No entanto, nos Perfis autônomos há uma inversão da vantagem do ‘contra’, que era do ‘favor’ em 2016; e os Influencers também ampliam a vantagem do ‘contra’, que, no momento anterior, era de quase um empate.

Apesar da aproximação entre os números de 2016 e 2018, uma diferença significativa é observável no engajamento por posts, em uma vantagem ampla do ‘contra’ sobre o ‘a favor’, que, como vimos, tinha uma situação inversa em 2016:



Fonte: Elaborado pelo autor

Em curtidas, os tuítes contra têm mais do que o dobro de engajamento do que os ‘a favor’ e em retuítas, quase o dobro. A diferença do momento político que separa os dois picos não é pouco relevante para este dado em específico. A percepção de que, a partir daquele momento, o Escola Sem Partido era “situação”, uma vez apoiado, à época, pelo Presidente recém-eleito, pode ter produzido um impacto na mobilização de oposição ao Projeto.

A mudança de engajamento pode ser observada também na seleção de 10 tuítes mais curtidos e retuítdos, a seguir:

10 tuítes mais curtidos:

1. Felipe Neto, no Twitter, está criticando a violência policial, racismo, "Escola sem partido", falta de investimento na educação pública e o bolsonarismo. Fico feliz que um rapaz que influencia tantos jovens adote essas posições numa conjuntura política como essa. Parabéns.

2. KKKK ESCOLA SEM PARTIDO

""ESCOLA

SEM

PARTIDO"" <https://t.co/XcEIA5gZXM>

3. Sempre fui a favor da escola sem partido, mas desde ontem meu apoio aumentou após minha prof. de geografia desperdiçar 45 minutos de aula apenas para falar mal de Bolsonaro e chamar esta lei de "censura". Não quero ser doutrinado por PTistas!

#SeuProfessorEstragouSuaCabecinha

4. @rodrigocalliari @lobaoeletrico Eu por muito pouco não falei se ela realmente havia lido as propostas da escola sem partido, mas resolvi não me meter em confusão...

5. Não meu caro, não quero ser doutrinado nem por esquerda nem direita, estou na escola pra aprender matéria como português, matemática, etc e não política. Escola sem partido é para os dois lados.

<https://t.co/Jwd19yaJ7z>

6. Os caras não esperaram nem 48 horas!

Marcaram para amanhã às 14:30h a comissão do PL escola sem partido e às 16:10h a reunião da MP 844 que abre as portas pra privatização do saneamento e do abastecimento de água em todo país.

Lutaremos pra que esses absurdos não sejam aprovados!

7. Vitória hoje! Eles não imaginavam que a mobilização ia ser tão grande. Colocaram o projeto Escola Sem Partido em pauta, mas tinha gente lutando contra dentro da sala, no corredor, na porta da câmara. Com o início do plenário, eles encerraram a reunião. Atenção semana que vem!

8. Com muita mobilização, a votação do projeto Escola Sem Partido não foi para frente na Comissão Especial. Mas continuamos de olho aberto contra esse retrocesso. Que os professores e alunos sejam respeitados na sua diversidade! #EscolaSemMordaca

9. Os caras não esperaram nem 48 horas!

Marcaram para amanhã às 14:30h a comissão do PL escola sem partido e às 16:10h a reunião da MP 844 que abre as portas pra privatização do saneamento e do abastecimento de água em todo país.

Lutaremos pra que esses absurdos não sejam aprovados!

10. Abriram a porta do inferno. No embalo de Bolsonaro marcaram para amanhã às 14:30h a comissão do PL escola sem partido (na verdade, escola do partido único da extrema direita). Vamos resistir à lei da mordaca, um projeto tosco, inconstitucional, que cerceia a liberdade de ensino.

10 mais retuitados:

1. KKKK ESCOLA SEM PARTIDO

""ESCOLA

SEM

PARTIDO"" <https://t.co/XcEIA5gZXM>

2. Felipe Neto, no Twitter, está criticando a violência policial, racismo, "Escola sem partido", falta de investimento na educação pública e o bolsonarismo. Fico feliz que um rapaz que influencia tantos jovens adote essas posições numa conjuntura política como essa. Parabéns.

3. Sempre fui a favor da escola sem partido, mas desde ontem meu apoio aumentou após minha prof. de geografia desperdiçar 45 minutos de aula apenas para falar mal de Bolsonaro e chamar esta lei de "censura". Não quero ser doutrinado por PTistas!

#SeuProfessorEstragouSuaCabecinha

4. @rodrigocalliari @lobaoeletrico Eu por muito pouco não falei se ela realmente havia lido as propostas da escola sem partido, mas resolvi não me meter em confusão...

5. Não meu caro, não quero ser doutrinado nem por esquerda nem direita, estou na escola pra aprender matéria como português, matemática, etc e não política. Escola sem partido é para os dois lados.

<https://t.co/Jwd19yaJ7z>

6. Os caras não esperaram nem 48 horas!

Marcaram para amanhã às 14:30h a comissão do PL escola sem partido e às 16:10h a reunião da MP 844 que abre as portas pra privatização do saneamento e do abastecimento de água em todo país.

Lutaremos pra que esses absurdos não sejam aprovados!

7. Vitória hoje! Eles não imaginavam que a mobilização ia ser tão grande. Colocaram o projeto Escola Sem Partido em pauta, mas tinha gente lutando contra dentro da sala, no corredor, na porta da câmara. Com o início do plenário, eles encerraram a reunião. Atenção semana que vem!

8. Abriram a porta do inferno. No embalo de Bolsonaro marcaram para amanhã às 14:30h a comissão do PL escola sem partido (na verdade, escola do partido único da extrema direita). Vamos resistir à lei da mordça, um projeto tosco, inconstitucional, que cerceia a liberdade de ensino.

9. Urgente: adiada a reunião da Comissão Especial do PL "Escola Sem Partido". Resistência na Câmara e em todo o Brasil, em defesa da liberdade de ensino, contra a mordça, a censura, a escola de partido único da extrema direita. Resistiremos em defesa da democracia. #EscolaSemMordça

10. Precisamos valorizar os professores, e não o ensino à distância (ainda mais no fundamental). Temos que respeitar a autonomia pedagógica e não criar o terror nas escolas, com a falsa ideia de escola sem partido, que na verdade prega o partido único da direita. #BrasilViraHaddad

Entre os posts mais curtidos, são 7 contrários ao projeto e 3, a favor; situação que se repete entre os tuítes mais retuítados. Uma breve análise dos textos já traz à tona expressões como “resistência”, “luta”, “vitória”, configurando com mais ênfase a posição de oposição, já consolidada, das manifestações ‘contra’ o projeto.

Mais uma vez, o universo simbólico fica evidenciado na nuvem de palavras com o texto de todos os posts analisados em 2018:



Fonte: Elaborado pelo autor

Vale dizer ainda que, a partir do material levantado, em números superiores ao que foi até aqui apresentado, iniciei uma análise de rede sociais (ARS) em metodologia com ênfase na estrutura social, organizada a partir de atores sociais, conhecidos como nós ou nodos, e suas relações. A partir de variáveis de conexão e de composição, é possível, por exemplo, em conexão, trazer elementos de frequência terminológica – ou seja, a reincidência de encontro entre termos – e força conceitual das repetições nas postagens analisadas, em composição. Os estudos, ainda incipientes e iniciais, pretendem articular os graus de conexão, a centralização e a modularidade. O software

utilizado para a ARS é o Gephi. Apenas um apontamento para possíveis desdobramentos da pesquisa.

3.1.2. Disseminação dos PLs ESP e análogos



Fonte: Retirado do Blog “Pesquisado o ESP”

O mapa acima foi criado e disponibilizado pelo site Blog ‘Pesquisando o ESP’, que tem por objetivo acompanhar e registrar a disseminação do Escola Sem Partido no Brasil. O levantamento teve início com a dissertação de Fernanda Moura, no mestrado profissional de ensino em História da UFRJ, sob o título **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação religião e os impactos no ensino de história** (2016). O levantamento mostra a amplitude do alcance dos PLs nos estados brasileiros e está em constante construção, em prática colaborativa com os usuários do Blog que registram as propostas de vários lugares diferentes do país. Na dissertação, Moura ainda traz, entre os anexos, propagandas de candidatos em 2016 que trouxeram o ESP como principal bandeira de campanha.⁴⁹

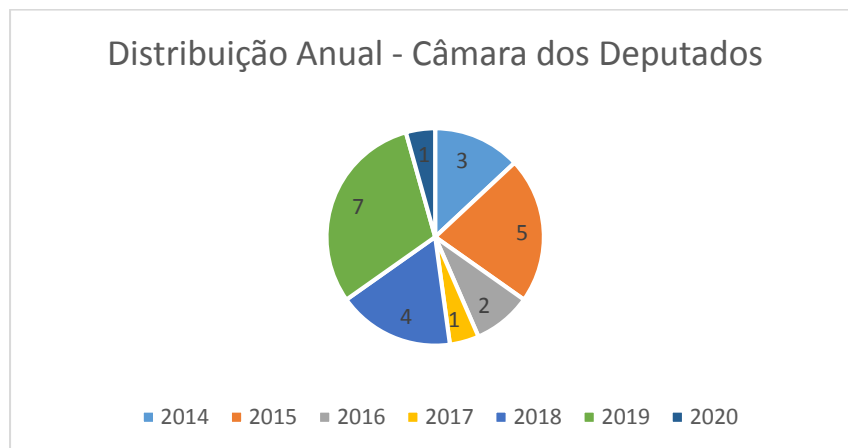
A página do Movimento Professores contra o Escola Sem Partido⁵⁰ também disponibiliza tabelas atualizadas sobre os PLs apresentados pelo país. Segundo o projeto, na Câmara dos Deputados foram apresentados 23 PLs do Escola Sem Partido ou

⁴⁸ Disponível em: <<https://pesquisandooesp.wordpress.com/mapa-dos-projetos/>>. Acesso em 28.11.2020.

⁴⁹ Vide anexo 3.

⁵⁰ Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>>. Acesso em 28.11.2020.

análogos (antigênero), assinados pelos partidos: Avante; Patri; PHS, PL, PRB; NOVO; PSL; DEM; PODE; PSDB; PTB; PV; PROS; PSB; PSC; PTB, com a seguinte distribuição temporal:

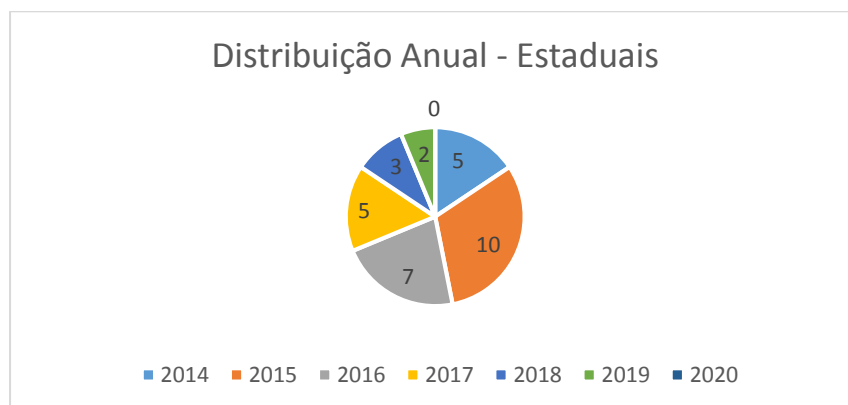


Fonte: Elaborado pelo autor

Interessante observar que 2019, com a primeira legislatura de deputados recém-eleitos e o aumento exponencial da bancada do PSL na Câmara, apresenta o maior número de PLs do ESP ou análogos no federal.

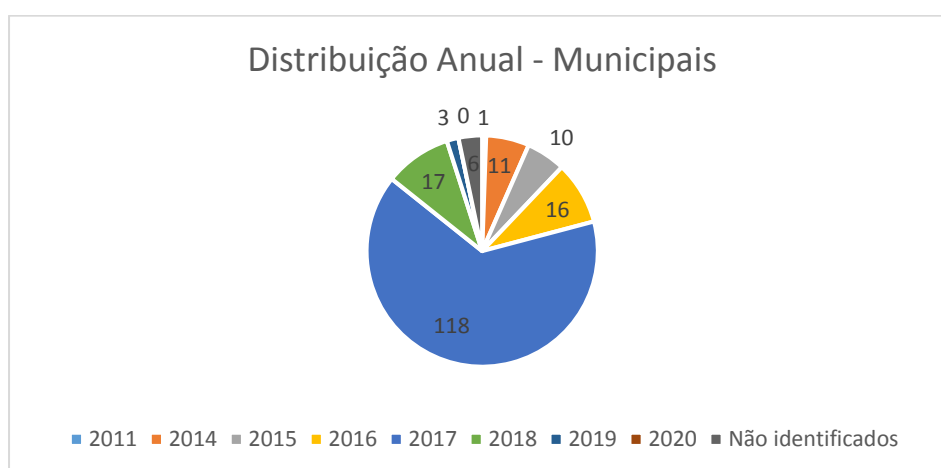
Em âmbito Estadual, são 34 projetos apresentados, nos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Ceará (3), Distrito Federal (2), Espírito Santo (4), Goiás (2), Mato Grosso (2), Mato Grosso do Sul (1), Paraíba (1), Paraná (2), Pernambuco (2), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (2), Santa Catarina (1), São Paulo (3).

A distribuição anual apresenta uma disposição diferente do que observado no âmbito federal, com uma maior janela de oportunidade em 2015, seguida por 2017. O ano de 2019 apresenta um desempenho tímido:



Fonte: Elaborado pelo autor

Nos municípios, foram 181 PLs apresentados, com a seguinte distribuição de projetos por município nos Estados: AP (1); BA (6); CE (5); ES (6); GO (5); AM (1); MA (1); MT (2); MS (5); MG (5); PA (2); PB (11); PR (25); PE (15); PI (2); RO (1); RJ (12); RN (15); RS (15); SC (11); SP (35); SE (2); TO (2). A distribuição temporal traz uma ênfase muito expressiva em 2017, o que faz relembrar a diferença do calendário eleitoral, tendo sido 2017 o primeiro ano de gestão de prefeitos e vereadores pós-eleições de 2016, que também apresentou larga tendência conservadora.



Fonte: Elaborado pelo autor

Além do impacto em 2017, vale observar um elementantíssimo. Nos municípios, o projeto pioneiro, PL1082, acontece em 2011, no Rio de Janeiro, e é assinado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PP). A proximidade do ESP, via Olavo de Carvalho, com a família Bolsonaro, data do início dos anos 2010, apontando ali uma tendência que seria amplificada nos anos seguintes. Um relato de Daniel Cara converge com a data de apresentação do primeiro PL:

Isso, em 2011, já estava rolando. Em 2011, a gente fez a maior semana de ação mundial da campanha nacional pelo direito à educação no congresso nacional. Era sobre educação e diversidade. [...] Então, o Bolsonaro aparece para polemizar, mas como tinha muita gente, e ele estava sozinho, acaba não ficando na polemização. A questão é que, naquele momento, ele já sabia que era ali que estava o segredo. Aí foi uma sucessão, primeiro o Kit de Anti-homofobia, uma série de votações. Depois, o Plano Nacional de Educação, que serviu para eles se articularem. (CARA, 2020)⁵¹

⁵¹ CARA, Daniel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por Google Meets, em 08 de setembro de 2020. [Vide anexo 2]

Para Nagib, os municípios tiveram papel fundamental na disseminação e na divulgação do projeto, não apenas através dos apoiadores, mas também pela reação dos opositores: “Isso foi muito bom para disseminar o debate sobre esse assunto pelo país. Foi muito bom, porque toda vez que um projeto de lei era apresentado, os professores militantes recrutavam alunos para vandalizar as audiências públicas. Do mesmo modo, os apoiadores do ESP também se mobilizavam. Bem ou mal, o assunto estava sendo discutido”⁵².

Vale dizer que a situação dos PLs varia de local para local, mas, como veremos adiante, muitos já foram alvo de impugnação jurídica.

3.2. As janelas se fecham – a divergência

O adeus do fundador

Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade.

Brasília, 22 de agosto de 2020

Miguel Nagib⁵³

O último tópico busca reconstruir o caminho que levou ao “adeus do fundador”. À ocasião da entrevista com Nagib para este trabalho, dias antes do anúncio de sua retirada, o fundador do ESP revelou que encerraria a participação no Movimento e, com isso, fecharia a Associação. Nagib não considera que seja, necessariamente, o anúncio do fim do movimento, mas não consegue projetar o futuro do ESP.

Apesar disso, da possibilidade de as ideias continuarem em vigência e da sobrevida do Movimento, os últimos anos evidenciaram que as condições para a manutenção e, principalmente, para o avanço da agenda, pulsante entre 2014 e meados de 2018, se tornaram rarefeitas.

3.2.1. Derrotas políticas, institucionais e midiáticas

⁵² NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020. [Vide anexo 1]

⁵³ Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 22.08.2020.

A primeira grande derrota do Escola Sem Partido é justamente a que foi registrada no mapeamento de redes de 2018, com a não votação do Projeto de Lei 7180/14, do deputado Erivelton Santana (Patri-BA). A estratégia da oposição ao ESP, articulada pelo Movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos Deputados, foi travar a votação do PL por vias regimentais: questão de ordem, obstrução, performance de plenário. Foram 12 sessões com consecutivas tentativas de votar a pauta, mas sem sucesso.

Outro fator importante é que o presidente da comissão especial que discutia o projeto, Deputado Marcos Rogério (DEM-RO), cometeu erros regimentais, o que, em caso de insistência na votação, incorreria em judicialização e a pauta seria levada na íntegra ao pleno do STF. O relator encerrou os trabalhos da comissão em 11 de dezembro de 2018, antes que fosse votado, e afirmou ao G1⁵⁴:

“Quem está sepultando o projeto nesta legislatura não é a oposição. Quem não está deliberando é quem tem maioria neste parlamento - que não comparece”, afirmou Marcos Rogério. Ele fez ainda elogios à atuação dos partidos de oposição, que, segundo ele, fez o “bom combate”, que conseguiu atrasar o andamento da tramitação com base no regimento da Câmara. “A oposição merece o reconhecimento da comissão. Se pautou na obstrução e cumpriu aquilo que lhe é garantia regimental”, disse.

A derrota institucional veio junto a outras importantes derrotas, como a perda do apoio de figuras associadas ao governo Bolsonaro e que foram referências e meio de visibilidade para o Movimento, a principal delas, o próprio Olavo de Carvalho. Em vídeo publicado em suas redes em 15 de novembro de 2018, Olavo afirma:

Vocês, turminha do Escola Sem Partido, não entendem coisa nenhuma de combate cultural. E eu, que estudo o assunto há 50 anos, tento oferecer uma ajuda, uma orientação, e vocês passam por cima e insistem no erro. Dois anos atrás, eu disse: Escola Sem Partido não faz sentido.

E reafirmou críticas ao Movimento em entrevista ao G1, em 23/11/2018:

O senhor publicou recentemente um vídeo com críticas ao Escola sem Partido, por ser muito focado em mudar a legislação, e pouco no combate cultural. Já discutiu esse assunto com Vélez? Não, e nem tentei influenciá-lo nisso. Foram notas sobretudo para os fundadores

⁵⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/11/comissao-da-escola-sem-partido-encerra-trabalhos-sem-votar-parecer-projeto-sera-arquivado.ghtml>>. Acesso em 10.10.2020.

do Escola sem Partido, que são pessoas amigas minhas. À medida que o movimento evolui na direção de um projeto de lei, a coisa se complica, porque o projeto de lei é prematuro, pelo fato de que não existe documentação científica a respeito do problema (do esquerdismo nas escolas e universidades). Você não pode começar um debate legislativo sem ter o debate científico primeiro. Acho que colocaram a carroça na frente dos bois. Nós não temos uma visão quantitativa da hegemonia comunista no ensino, e ainda estamos na esfera do argumento retórico.⁵⁵

Outro post famoso do ideólogo de alas do governo Bolsonaro aconteceu em 13 de março de 2019:



Olavo de Carvalho @opropriolavo · 9 h

Quando o mais forte bate no mais fraco por anos a fio, será justiça amarrar simplesmente as mãos DOS DOIS? Impor o isentismo nas escolas depois de meio século de hegemonia ditatorial esquerdista nada tem de justo, nem mesmo de decente.

52 313 1,8 mil

Ainda em 2018, foi a primeira vez que Miguel Nagib esboçou a possibilidade de sair do Movimento. Uma doação de um empresário anônimo, no entanto, garantiu sobrevivência ao ESP, que enfrentou, a partir de então, muitas batalhas jurídicas, como veremos no próximo tópico. Para concluir as movimentações da imagem pública do ESP, vale dizer, ainda, que houve uma organização de importantes opositores ao ESP, que criou, junto a 60 entidades, desde movimentos sociais a institutos de pesquisa, o Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, que faz a seguinte introdução “Que defesa traz este manual?”:

Este Manual foi elaborado como uma resposta às agressões dirigidas a professoras e professores e a escolas como estratégias de ataque de movimentos reacionários à liberdade de ensino e ao pluralismo de concepções pedagógicas, princípios previstos na Constituição Federal (1988). Porém, ao longo deste trabalho, a complexidade deste fenômeno nas escolas foi conferindo ao significado de “defesa” um sentido especial, mais amplo que a mera reação à agressão injusta.⁵⁶

⁵⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/sou-irresistivel-diz-olavo-de-carvalho-sobre-ter-indicado-dois-ministros-23254589>>. Acesso em: 10.11.2020.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>>. Acesso em: 10.11.2020.

O mesmo grupo elaborou, junto ao Manual, um apelo ao STF para que tomasse posição em relação à movimentação do ESP nos Estados e Municípios.⁵⁷

3.3. As derrotas no STF e o abandono político

Como vimos no capítulo 2, o principal argumento do ESP, segundo NAGIB, é de natureza jurídica. Ou seja, frente ao problema público de doutrinação esquerdista nas escolas, a proposta do Movimento era criar uma barreira legal, que, de acordo com a proposta, apenas enfatizaria aspectos constitucionais e estaria sustentada, principalmente, na diferenciação entre Liberdade de Expressão e Liberdade de Cátedra. A partir do fim de 2019, porém, o Movimento passou a encontrar dificuldades justamente de natureza jurídica.

Em 2017, o então procurador geral da república, Rodrigo Janot apresentou ao STF um pacote, com 15 ações, de leis “Escola sem Partido” ou análogas para contestação por meio da ação ajuizada. Outras entidades, como partidos, movimentos sociais e associações, também provocaram o STF para julgamento de PLs ESP e similares. Entre elas, as já julgadas são Ipatinga (MG), Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (RS), Nova Gama (GO), Londrina (PR) e Alagoas.

A primeira derrota aconteceu em relação à Lei aprovada em Minas Gerais, no município de Ipatinga – Lei 3.491/2015, de 28 de agosto de 2015. Em 18 de outubro de 2019, o Ministro Gilmar Mendes concedeu uma liminar⁵⁸ para suspender dois artigos da lei municipal que se referiam à proibição do ensino da diversidade de gênero e da orientação sexual nas escolas. Destaco abaixo alguns trechos do relatório de Mendes:

Não há como se negar que **vivemos em uma sociedade pluralista**, onde **diferentes grupos das mais variadas origens** étnicas e culturais, de diferentes backgrounds, classes e visões, religiosas ou de mundo, **devem conviver. [grifo nosso]**

Atento a essas características da sociedade contemporânea, o Constituinte originário estabeleceu, como princípio fundamental da República, o **“pluralismo político”** (art. 1º, V, da CF/88). **[grifo nosso]**

⁵⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/entidades-da-educacao-cobram-stf-e-lancam-manual-contracensura-escolar.shtml>>. Acesso em: 10.11.2020.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/gilmar-suspende-lei-municipal-proibe.pdf>>. Acesso em: 20.11.2020.

Segundo o poeta nazista Hanns Johst, a medida decorria da “*necessidade de purificação radical da literatura alemã de elementos estranhos que possam alienar a cultura alemã*”. Hoje, diante do episódio, costuma-se rememorar a célebre frase de Heinrich Heine, que ainda em 1820 escreveu: “***onde se queimam livros, no final, acaba-se queimando também homens***”. (p.19) [grifo nosso]

[...] Nesse sentido, observo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação observou, corretamente, esses valores constitucionais, ao indicar, expressamente, a **liberdade de ensino e aprendizagem**, o **pluralismo** e a **tolerância enquanto princípios fundamentais** do ensino no país (art. 3º, II, III e IV, da LDB). Por outro lado, a legislação impugnada contraria essas normas de status constitucional, de modo que reputo plausível, nessa análise perfunctória, a **alegação de inconstitucionalidade material**. [grifo nosso]

O uso dos termos já designava que o entendimento do Ministro não estava restrito à Lei de Ipatinga, por algum ponto em específico, mas apontava uma interpretação de inconstitucionalidade na pauta do Movimento. A decisão de impugnar foi confirmada pelo Ministro na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 467 Minas Gerais, em maio de 2020.

As decisões seguintes confirmaram a interpretação. Em 13 de dezembro de 2019, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator, suspendeu os efeitos da Emenda à Lei Orgânica n. 55, de 14 de setembro de 2018, em Londrina (PR). O STF decidiu, em 25 de abril de 2020, pela inconstitucionalidade da Lei do Município de Nova Gama (GO), 1.516/2015, também aprovada em 2015. Apenas o Ministro Edson Fachin votou com ressalvas ao relatório do Ministro relator Alexandre de Moraes.

Em 30 de junho de 2020, o STF declarou inconstitucionais o dispositivo da Lei Municipal 6.496/2015, de Cascavel (PR). O relator foi o Ministro Luiz Fux, que destaca em sua decisão:

Em um processo político democrático, a igualdade de chances não apenas deriva do postulado da isonomia, como também constitui elementar exigência dos preceitos constitucionais que instituem o regime representativo e pluripartidário. Ao promover a participação política crítica e criativa, a escola contribui para a concretização de normas essenciais decorrentes do princípio democrático.

No âmbito do direito à educação, a importância da liberdade, como pressuposto para a cidadania, e do pluralismo de ideias é destacada em dispositivos constitucionais específicos. (p. 3 - 4)

Em Foz do Iguaçu (PR), a arguição de descumprimento de preceito fundamental foi apresentada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e a decisão do Supremo aconteceu em 08 de maio de 2020, reconhecendo a inconstitucionalidade da Emenda n. 47/2018 à Lei Orgânica do Município. A relatora foi a Ministra Cármen Lúcia e o principal argumento foi a de que o município contrariou o princípio de isonomia.

A última grande decisão aconteceu em relação à Lei do Estado de Alagoas. Promulgada em 2016, após a Assembleia Legislativa do Estado derrubar o veto imposto pelo governador Renan Filho (MDB-AL), a Lei estadual 7.800/2016 instituiu o Programa Escola Livre, análogo ao Escola Sem Partido. A vigência do Programa foi suspensa pelo Ministro Luís Roberto Barroso, em 2017. Em 21 de agosto de 2020, em julgamento no plenário virtual, os Ministros declararam a inconstitucionalidade da Lei, com apenas um voto contrário, o do Ministro Marco Aurélio.

A expectativa em relação à decisão da Lei de Alagoas era imensa, tanto entre os apoiadores quanto na oposição ao ESP, porque, uma vez que se tratava de uma Lei Estadual, tinha uma amplitude diferente das pautas anteriormente julgadas, e, além disso, não trazia tema específico, falava em “doutrinação” de forma genérica. A projeção é que as outras pautas, que ainda serão votadas, sigam na mesma direção, imputando ao Movimento uma derrota jurídica de difícil reversibilidade. Segundo Cara, é o momento em que o ESP, representado por Nagib, perde o principal argumento: “O Nagib perde o chão. É como se ele perdesse no terreno dele. Passa não poder dizer que existe o fato e existe a norma. Agora, só existe o fato segundo a interpretação dele. Esta é que é a derrota. (...) Inexiste o fato jurídico”.⁵⁹

Por fim, as derrotas também consolidaram o abandono da pauta pela Presidência da República e alas do governo mais associadas a questões morais. No discurso de retirada do Movimento, na página de YouTube do Escola sem Partido⁶⁰, Nagib afirma:

O nosso movimento, pela sua própria natureza, exigia uma mobilização muito grande e só as grandes lideranças políticas é que tem o poder de mobilização. Esse poder de mostrar à sociedade o que

⁵⁹ CARA, Daniel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por Google Meets, em 08 de setembro de 2020. [Vide anexo 2]

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&feature=youtu.be>>. Acesso em 22.08.2020.

é importante em determinado momento. Nós, em algum momento, tivemos apoio dessas grandes lideranças. O Escola Sem Partido, para você ter uma ideia, chegou a pautar as eleições de 2018. A imprensa perguntava aos candidatos à Presidência em 2014 se eles eram contra ou a favor ao ESP. Então nós chegamos bastante longe nesse esforço de demonstrar à sociedade brasileira o problema que a gente chama genericamente de doutrinação nas escolas e universidades. Mas de lá pra cá, de novembro de 2018, desde que as eleições acabaram, desde que o Bolsonaro foi eleito para cá, o assunto caiu em esquecimento. Isso é bastante perceptível nas redes sociais. E nós não teríamos mais o apoio necessário para permanecer nessa luta, que eu venho travando há 16 anos. Quando você atinge um determinado patamar, como foi nosso caso, no final de 2018, e depois começa a cair é um sinal de que você não terá a força necessária para atingir seu objetivo.

Na leitura do criador do Movimento, as janelas de oportunidade, de fato, se fecharam e a divergência recondicionou o ambiente, barrando o avanço da formação da agenda. E quando se refere ao líder de direita, faz menção, principalmente, a Jair Bolsonaro, como explícita na entrevista concedida a este trabalho: “Em relação ao Bolsoanaro, isso é o que eu me lembro dos discursos dele, em algum debate... Mas não cumpriu nada disso. Na verdade, ele se afastou totalmente dessa agenda logo depois que foi eleito. (...) Ele usou a bandeira do ESP, como muitos políticos usaram”⁶¹. Diagnóstico com o qual também concorda Daniel Cara: “Agora, o Bolsonaro não precisa mais disso. O Bolsonaro está em outras estratégias: o fundo emergencial, o Renda Brasil. Ele tem outras estratégias de consolidação”⁶².

⁶¹ NAGIB, Miguel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por telefone, em 21 de agosto de 2020. [Vide anexo 1]

⁶² CARA, Daniel. Entrevista concedida à Fernanda Perniciotti, por Google Meet, em 08 de setembro de 2020. [Vide anexo 2]

Conclusão

A partir dos estudos realizados, aqui, neste TCC, é possível construir algumas inferências acerca da formação de agenda. A primeira delas, advinda substancialmente da revisão bibliográfica e do processo de escolha do Modelo de Fluxos, em Kingdon, é que a formação de agenda é uma temática que diz respeito aos processos democráticos. Como vimos com Bachur, Mendes e Doneda, nas diferentes compreensões e interpretações na literatura sobre democracia, é possível reconhecer um elemento constante: a “formação da vontade política democrática a processos de deliberação pública” (2018, p. 131). A formação de agenda se inscreve justamente na manifestação da vontade política democrática, em diferentes níveis de articulação política e social, sempre em zona de conflito, o habitat natural dos processos de democratização.

Outro fator relevante sobre a formação de agenda é que ela se dá na intersecção entre a ciência política e a comunicação social, duas áreas que sofreram, nas últimas décadas, profundas transformações, inclusive paradigmáticas. O estudo de caso do Escola Sem Partido, a partir de sua criação, ápice e decadência, do ponto de vista institucional, se mostrou um ambiente privilegiado de observação dessas transformações nas duas áreas de conhecimento, que desencadeiam na formação de agenda.

Do ponto de vista dos três fluxos de Kingdon, percebe-se que a formulação do problema público apresentado pelo ESP tem um forte apelo discursivo, que encontrou nas redes sociais um ambiente oportuno de disseminação. A solução jurídica foi apresentada como uma articulação capaz de conter a situação atual, de modo, inclusive, a representar a fórmula apresentada por Secchi (2014): situação ideal - situação atual = problema público. A situação ideal, de acordo com o Movimento, seria uma educação pautada em um entendimento de conhecimento imparcial, livre de doutrinação; a situação atual é que professores, majoritariamente militantes de esquerda, entram em sala de aula e utilizam da audiência cativa para fazer doutrinação política de seus alunos. A solução política para o problema seria impedir que a doutrinação acontecesse em sala de aula, a partir de uma proposição jurídica, que ampliasse a possibilidade de denúncia de posturas abusivas, que, segundo o Movimento, já está prevista na Constituição, a

partir do principal pilar: a diferenciação entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra.

Criado em 2004, o ESP vive até 2010 uma posição de relevância baixa no debate público. No entanto, a partir das transformações do cenário político, com ênfase em uma ascensão de pautas conservadoras ligadas às discussões de gênero e sexualidade, encontra um crescente, com pico entre os anos de 2014 e 2018. A oportunidade de mudança, ou seja, a janela aberta mencionada por Kingdon, tem elementos da política nacional, mas também internacional, como a criação do termo “ideologia de gênero”, que Junqueira (2016) identifica a partir da análise dos discursos do Vaticano, com ênfase no processo de conservadorismo da Igreja Católica sob o papado de Bento XVI. Conforme Junqueira:

Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a propaganda gender e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana. Assim, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não ideológica” ou a uma “escola sem gênero” (Selmi, 2015). (2016, p. 453)

O argumento de alienação parental e doutrinação encontra nas redes sociais uma possibilidade de massificação, a partir da associação da esquerda a supostas formas de perversão sexual, que incidiriam sobre as crianças no ensino básico. Tal ampliação de alcance vem associada a um momento delicado de transformação da política nacional, em escândalos de corrupção e negociações intragovernamentais para contê-los. Além disso, cresce em representação institucional o papel das igrejas neopentecostais ultraconservadoras.

A dimensão simbólica de tal discurso tem nas redes sociais amplo espectro de ampliação, uma vez que prescinde da legitimação da mídia tradicional, de setores educacionais e de instituições ligadas a movimentos e organizações de classe. É possível perceber este aspecto a partir da análise de redes sociais, via AC, em 2016, quando os posts a favor do Escola Sem Partido acontecem majoritariamente por perfis autônomos e influencers e, apesar de serem inferior em quantidade quando comparado às

mensagens contra o Movimento, produzem mais engajamento em curtidas e retuïtes. Enquanto isso, setores da política institucional e de categorias mais tradicionais da análise de stakeholders, como a mídia, os partidos, os políticos, os movimentos e as associações, apresentam menor engajamento em suas postagens.

Já em 2018, a análise de redes apresenta um resultado inverso, trazendo ao estudo de caso uma nova dimensão, que é a sobreposição dos movimentos da política institucional sobre o que, até então, era visto como uma força de discurso da “nova política”, associada ao advento das redes sociais e às pautas conservadoras. Com a recém-vitória de Jair Bolsonaro à presidência da república, uma projeção inicial previa um ambiente propício à aprovação e implantação nacional do ESP. No entanto, tanto do ponto de vista da movimentação das redes sociais, que, na análise de 2018, já demonstrava uma maior organização dos setores da política tradicional em oposição ao Movimento, quanto no Congresso Nacional, que imputa uma derrota à pauta do ESP a partir de bloqueios regimentais, impedindo sua votação, percebe-se uma negociação entre os fluxos dos novos elementos impostos às dinâmicas políticas, as lógicas digitais, com as regras da política institucional, em seu ambiente analógico. O jogo entre os trâmites da política institucional e a lógica vigente nas redes encontra formas de conexão que parecem não se desvincular de nenhum dos dois aspectos, convocando outras formas de análise parte a parte.

O mapa dos PLs apresentados em municípios, estados e em âmbito federal também fortalecem tal hipótese, porque, simultaneamente, acompanham a dinâmica dos discursos das redes e os calendários eleitorais. Não se trata, portanto, de uma lógica causal, porque um não pode ser analisado como consequência de outro, mas, sim, efeitos de correlação, que guardam, como vimos com Kingdon, elementos anárquicos.

O abandono do Movimento por figuras emblemáticas da extrema-direita, como Olavo de Carvalho, acompanha o silêncio da alta cúpula do Governo Bolsonaro em relação às pautas do ESP, condenando-o à inércia no debate público. Por fim, a principal derrota passa a ser o julgamento das pautas no Supremo Tribunal Federal, quando é atribuído às principais plataformas do Movimento à definição de “inconstitucionalidade”. Em relação às decisões, Ministros do Supremo Tribunal Federal

não economizam na associação dos PLs julgados à censura, a processos antidemocráticos e, até mesmo, ao nazismo alemão.

Em termos metodológicos, a escolha do estudo de caso parece ter suprido importantes movimentos da política institucional e da transformação da formação de agenda. A principal conclusão é que, para mapear a ascensão de supostos problemas públicos à formação de agenda, atualmente, é preciso convocar conhecimentos e ferramentas de análise multidisciplinares. O estudo do ESP traz justamente à tona que projeções que consideraram os trâmites das políticas institucionais submetidos, sem condição de atuação, às novas lógicas digitais erraram diagnósticos. Simultaneamente, uma análise tradicional de formação de agenda, considerando os stakeholders tradicionais, não conseguiria apreender os movimentos advindos da opinião pública e da composição simbólica dos discursos em torno das pautas apresentadas.

Além disso, vale dizer que a suposta derrota do Movimento e a contenção do avanço, por ora, também não impede uma retomada em um futuro próximo, dependendo das dinâmicas políticas e dos movimentos da comunicação via novas tecnologias, assim como ainda não está mapeada a dimensão das pautas que tangem o ESP em estados e municípios. Gestores e profissionais da educação encontrarão por anos a fio a sobrevida das lógicas de tal processo, que, independentemente de sua vigência enquanto Projeto de Lei ou Política Pública, já transformou o entendimento de educação e a relação família-professores / professores-alunos. Parece imprescindível a compreensão de tal processo, que tem o Escola Sem Partido como exemplo, por gestores públicos, porque parece ter como característica certa irreversibilidade.

Por fim, vale dizer que o trabalho tem um escopo amplo e uma limitação de tempo e materiais para desenvolver com mais complexidade cada um dos fluxos, com ênfase nas transformações políticas, que possuem vasta bibliografia e divergências epistemológicas significativas. Ainda, os dados da análise de rede pedem outros desdobramentos, com possibilidades de exploração a partir de softwares, como o Gephi, e com mais classificações e categorias, capazes de identificar movimentos mais precisos e amplos em torno da palavra-chave. O material, aqui desenvolvido, é inicial, e convoca continuidades, que, sem dúvida, serão enfrentadas daqui em diante, em novas oportunidades de pesquisa.

Bibliografia

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S. **Two Faces of Power**. American Political Science Review, vol. 56, nº 4, dezembro de 1962.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georgs (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 4 ago. 2015.

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D. "The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory". **Journal of Politics**. Vol. 33, Nº 4. Nov. 1971.

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D. **Participation in American Politics: The dynamics of agenda building**. Boston: Allyn and Bancon, 1972.

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D.; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc. H. Agenda Building as a comparative political process. **American Political Science Review**. Vol 70, nº 1, mar 1976.

DAHL, Robert A. The Concept of Power. **Behavioral Science**, Vol 2, nº 3, julho de 1957.

DAHL, Robert A. **La poliarquía: Participación y oposición**. Madrid: Tecnos Editorial, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da 'ideologia de gênero': a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. In: **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York, 2003.

LEITE, Leonardo Queiroz. **História da Reforma Gerencial do Estado de 1995**. Tese de Doutorado (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 258 p., 2019.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Editora UFRJ, 1997.

MENDES, L.S., DONEDA, D., BACHUR, J.P. Manipulação da informação, fake news e os novos desafios para a democracia. In: **Fake News e as Eleições de 2018**. WOISCHNIK, J (ed.). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.

MENDES, Rosana Maria e MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cad. Pesquisa** [online]. 2017, vol.47, n.165, pp.1044-1066.

MIRANDA, Rodrigo Marzano Antunes. **Religião e Poder: aspectos de uma ALIANÇA?** XVII Col·loqui Macrofilosòfic. “Desertització neoliberal Europa, Amèrica i el món”. Novembro de 2019 - C. de la Canuda, 6 · 08002 Barcelona, 2019.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação religião e os impactos no ensino de história.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas / Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 189 p., 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos. Esquemas de Análise, Casos Práticos.** Cengage Learning, 2017.

Entrevista Miguel Nagib

21 de agosto de 2020

São Paulo - SP – Brasília - DF

FP: Primeiro, agradeço a disponibilidade para tratar de um assunto de interesse público. A ideia é conversar com o senhor para tecer algumas pistas sobre o modo como o Escola sem Partido foi conquistando o espaço que conquistou, de ganhar notoriedade no debate público, até se transformar em uma proposta de política pública.

MN: Na verdade, são dois aspectos, o aspecto jurídico e o fático (a realidade do que acontece nas escolas). Do ponto de vista jurídico, você tem os direitos constitucionais: o princípio da impessoalidade, a liberdade de consciência e de crença, a distinção entre a liberdade de ensinar e a liberdade de inscrição, a laicidade do Estado. Então, você tem um arcabouço normativo que já define os limites da escola e do que um professor pode fazer no exercício da função. Esse arcabouço normativo pré-existe. Está posto, não foi o ESP que inventou. Entre essas regras, apenas exemplificando, está o princípio da impessoalidade, segundo o qual nenhum funcionário público (não só o professor) pode usar o seu cargo, a sua função, para promover as suas próprias preferências políticas. Além disso, tem o princípio da laicidade do Estado, que impede o funcionário público de usar o seu cargo para promover a sua preferência religiosa, ou para ridicularizar ou hostilizar as preferências religiosas dos cidadãos. Esse arcabouço pré-existe, está lá na Constituição Federal. Por outro lado, você tem a realidade do sistema educacional. E essa realidade está em conflito com aquele arcabouço normativo que eu acabei de mencionar. Existem inúmeras evidências, inúmeras, diria toneladas de provas, de que as escolas estão sendo usadas para promover determinadas agendas políticas, ideológicas e também partidárias. Então, o que o Escola Sem Partido fez, inicialmente, foi dar visibilidade a essa realidade que acontecia dentro das escolas e que, embora todo mundo tivesse de algum modo conhecimento desses fatos, esse conhecimento não era compartilhado. Você tinha passado por essa experiência, seu vizinho tinha passado por essa experiência, eu tinha passado, mas nenhum de nós

sabia que o outro também tinha passado. O Escola Sem partido colocou isso de forma pública. Deu visibilidade a esses abusos que estavam acontecendo dentro das escolas. "Ah mas esses são casos isolados", dizem. Não são casos isolados. Existem muitas evidências de que não se trata de casos isolados. A começar pelo modo como isso atraiu o interesse na sociedade. Como isso se transformou, vamos dizer assim, em um assunto público. Se fossem casos isolados, o ESP não teria atraído a atenção da sociedade como aconteceu. Agora, o Escola Sem Partido não se limitou a mostrar os fatos, nesse caso usando as redes sociais. Nós também mostramos e demonstramos juridicamente a ilicitude dessas práticas. Por incrível que pareça, até muito pouco tempo atrás (e acho que isso foi mérito do Escola Sem Partido), as pessoas acreditavam que os professores em sala de aula desfrutavam de liberdade de expressão. É uma ideia completamente estapafúrdia que algumas pessoas têm e que nunca pararam pra pensar a respeito daquilo que acreditam (refiro-me a essa ideia de que o professor em sala de aula tem liberdade de expressão). Então, o Escola Sem Partido demonstrou por A mais B, com argumentos jurídicos, que liberdade de ensinar não pode ser a mesma coisa que liberdade de expressão. E isso faz toda diferença da compreensão daquilo que acontece dentro das escolas. Se os professores tivessem liberdade de expressão no exercício da função, tudo isso que nós estamos denunciando como práticas abusivas seria perfeitamente lícito. A pedra fundamental do ESP é justamente a distinção entre a liberdade de ensinar, garantida pela constituição, e a liberdade de expressão. Sem essa distinção fundamental, você não poderia denunciar nenhuma dessas práticas abusivas que acontecem dentro das escolas e das universidades (até porque, elas não seriam abusivas, se os professores tivessem o direito à liberdade de expressão em sala de aula). Foi assim que esse assunto se transformou numa proposta de política pública, quando o ESP elaborou o "Programa Escola sem Partido", um anteprojeto de lei cujo objetivo único era conscientizar estudantes, pais e professores sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente.

FP: Dr. Miguel, teve uma entrevista ao El País em que o senhor contou sobre o que aconteceu com a sua filha. Quando ela chega em casa e traz uma situação que o senhor reconheceu como um problema de ilicitude por parte do professor. A partir

daí, quando germina essa ideia, de quando ela surge, quais foram os primeiros passos? Com quem o Dr. começou a conversar? Quais foram os principais parceiros do movimento? Onde o senhor encontrou a possibilidade de ir expandindo as ideias?! Os primeiros passos...

MN: Esse episódio ocorrido com a minha filha em 2003 foi o que me motivou a criar uma página na internet para, como eu disse, dar visibilidade a esse problema, o que acabou sendo a semente do movimento. Havia nessa época um movimento liberal-conservador nascente. Aqui em Brasília, por exemplo, o falecido embaixador Meira Penna, o professor Nelson Lehman, o professor Bráulio Matos e outras pessoas já estavam acompanhando esse problema da ideologia dentro das escolas e das universidades. Mesmo dentro das universidades, havia pessoas incomodadas com essa realidade. E não só em Brasília, evidentemente. Eu me lembro que logo depois desse episódio, um ou dois anos depois, o jornalista Diego Casagrande publicou um artigo denunciando um livro didático usado por uma escola católica de Bagé-RS, uma região de fazendas, de gado se não me engano, que enaltecia o MST e mostrava uma visão negativa sobre os pecuaristas. Um pai de aluno reclamou: "Onde já se viu? Quer dizer, então, que nós somos aqui parasitas da sociedade? Nós somos chamados de latifundiários?". O Diego Casagrande escreveu um artigo intitulado "A revolução silenciosa", que teve grande repercussão. Ou seja, era um assunto que de algum modo estava fermentando. O que o ESP fez foi, inicialmente, criar um repositório para essas informações. Criamos um site monotemático, que se dedica exclusivamente a esse assunto. Então, nós começamos a colecionar artigos e informações a respeito dessa temática. Isso também foi importante, porque transformou a ESP numa referência sobre o tema da doutrinação.

F: Tem algum momento histórico, por exemplo, que o doutor reconhece como um "bum" do ESP?

M: 2014/2015, que foi justamente quando a esquerda começou a balançar as pernas, houve uma convergência de fatores.

FP: Logo depois das jornadas de Junho, em 2013?

MN: Acho que sim. Muita coisa começou a acontecer, a direita começou a se fortalecer, ganhar impulso. Naturalmente, quem pode apoiar o Escola sem Partido é o pessoal de direita, já que, apesar de a proposta ser apartidária, ela contraria os interesses dos grupos que lucram politicamente com a doutrinação, que são notoriamente grupos de esquerda. É claro que a esquerda jamais aprovaria uma proposta assim... Se bem que a esquerda foi precursora em denunciar o uso ideológico do sistema educacional. Na década de 70, por exemplo, você vê vários estudos denunciando o uso das escolas para perpetuar os interesses da classe dominante. Só que, depois, eles tomaram conta do aparato educacional e agora não querem abrir mão.

FP: E o senhor conseguiria nomear os principais grupos de apoio? Por exemplo, você trouxe alguns nomes de pessoas que foram importantes, tem toda essa ligação com o Olavo de Carvalho, e vem com uma imensa expansão do que se chama de *Olavismo*, né?! Mas, por exemplo, o ESP recebeu apoio de grupos ou de movimentos da sociedade civil, de instituições, que você reconheceria como grandes parceiros do movimento?

MN: O maior apoio veio de ativistas e políticos de direita — incluindo Bolsonaro e seus filhos — que perceberam a importância desse tema para a sociedade e o potencial eleitoral dessa bandeira. Acho que praticamente todos os movimentos de oposição à esquerda apoiaram o ESP. Cito de memória o Movimento Conservador (antigo Direita São Paulo), o MBL, o Nas Ruas, o Avança Brasil e outros. Apesar do apoio dos políticos, nenhum partido jamais incluiu a defesa do ESP no seu programa, ou qualquer documento partidário. Recebemos um grande apoio de lideranças políticas e religiosas evangélicas. Incrivelmente, a igreja católica não nos apoiou, o que é uma coisa que me choca, como católico. Afinal, o que nós defendemos é o que a igreja também defende: o direito dos pais sobre a educação dos filhos. Mas a igreja nunca nos apoiou.

FP: No plano de governo do presidente Jair Bolsonaro, apesar de não ter nominalmente o ESP, as ideias estão ali, não é?! Muitas das máximas do ESP aparecem no plano de governo.

MN: Eu não conheço o plano de governo do presidente Bolsonaro. Eu conheço algumas falas dele durante a campanha de apoio ao ESP. No plano do Haddad, tinha, sim, umas referências ao ESP. Mas era...

FP: De oposição.

MN: Era contra.

MN: Em relação ao Bolsonaro, isso é o que eu me lembro dos discursos dele, em algum debate... Mas não cumpriu nada disso. Na verdade, ele se afastou totalmente dessa agenda logo depois que foi eleito.

FP: Ah, então você considera que a estrutura do governo, representada pelo Bolsonaro e o entorno dele, não compactua com os valores do ESP?

MN: Não, de jeito nenhum.

FP: Entendo. E tem uma coisa interessante quando a gente vai pensando nas estruturas das políticas públicas, ou mesmo nessa estrutura eleitoral, como aquela pergunta "quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha"? De alguma forma, ao mesmo tempo em que a eleição do Bolsonaro dá visibilidade a algumas ideias, alguns valores do ESP, o ESP também foi uma plataforma muito importante para o presidente, para a eleição. Estranho que essas propostas não estejam na estrutura do pensamento do governo. Pensando que isso, de algum modo, ajudou a elegê-lo.

MN: Ele usou a bandeira do ESP, como muitos políticos usaram. O que, para nós, foi muito bom, pois ajudou a conscientizar um número maior de pessoas sobre o problema da doutrinação (havia uma simbiose entre o nosso movimento e o oportunismo dos políticos). Mas depois de eleito, Bolsonaro mudou de ideia sobre o ESP, acho que por influência do Olavo de Carvalho. Acho que o Bolsonaro comprou essa ideia do Olavo de Carvalho, de que a direita deveria fazer o que a esquerda fez, ou seja, usar a máquina do Estado para promover a sua visão de mundo. O

que, obviamente, vai contra o que o ESP sempre defendeu, além de ser uma imensa estupidez, já que a direita não tem braços para fazer isso. O agente da doutrinação é o professor, e mais de 70% dos professores são de esquerda. Então, estrategicamente falando, do ponto de vista da direita, é suicídio querer combater doutrinação de esquerda com doutrinação de direita. Isso apenas legitima os abusos que a esquerda vem praticando há mais de 40 anos. A única chance que a direita tem nessa guerra é amarrar as mãos dos adversários. Mas ao fazer isso ela não pode, obviamente, reivindicar o direito de ficar com as mãos livres. Por isso, o ESP era a solução ideal, tanto politicamente para a direita, quanto para o bem do próprio sistema educacional. É preciso livrar a educação dessa influência perniciosa da política. Isso está destruindo completamente a educação.

FP: Me conta uma coisa, por favor: dentro desse processo todo, vocês encontraram alguma fonte de financiamento? Fonte de financiamento coletivo?

MN: Até o ano passado, eu arcava com todas as despesas do ESP. De 2003 a 2019, eu banquei tudo praticamente sozinho. Mas não era um custo elevado. O que sai caro no ESP é a minha mão de obra, o meu custo de oportunidade.

Até o ano passado, além de bancar tudo sozinho, eu também fazia tudo praticamente sozinho. Em agosto de 2019, depois de eu anunciar que encerraria minha participação no ESP por falta de apoio, apareceu uma pessoa, um empresário e fez uma doação expressiva na época, permitindo que levássemos o ESP por mais um ano.

FP: O próprio movimento teceu os textos dos PLs? Ou não, foi a partir do material fornecido...

MN: Não, nós escrevemos anteprojetos de lei. Eu escrevi um anteprojeto de lei federal, um anteprojeto de lei estadual e um anteprojeto de lei municipal, disponibilizei nas nossas páginas e comecei a divulgar. Evidentemente, as pessoas se interessaram e os vereadores e deputados começaram a apresentar nas suas respectivas casas legislativas.

FP: Ah! Foram muitos anteprojetos apresentados no país inteiro, não é?!

MN: Ah, sim, principalmente nos municípios. Isso foi muito bom para disseminar o debate sobre esse assunto pelo país. Foi muito bom, porque toda vez que um projeto de lei era apresentado, os professores militantes recrutavam alunos para vandalizar as audiências públicas. Do mesmo modo, os apoiadores do ESP também se mobilizavam. Bem ou mal, o assunto estava sendo discutido.

FP: Sim. Nossa, muita coisa né?! Muita história. Do que eu tinha pensado um pouco era por aí, foi uma das coisas que eu vi. Eu fiz uma pesquisa de mídia sobre as menções ao ESP desde 2004, e eles fazem uma associação às temáticas, quais temáticas se associam à busca do ESP nas redes. Além de projeto, lei, as coisas que estão mais ligadas, aparecem a eleição do presidente Jair Bolsonaro, como um assunto associado.

MN: Essa história acaba unindo os pontos de fato. As notícias, as informações sobre o ESP, devem efetivamente associar a proposta a esses acontecimentos.

FP: Esse caldo político que vai emergindo.

MN: O ESP era uma arma política poderosa contra a esquerda. E os políticos de direita perceberam isso muito bem. Você disse que era uma proposta de política pública, mas, na verdade, o ESP é uma política de Estado. Todo governo está obrigado a impedir o uso das escolas para fins de propaganda ideológica, política e partidária. Nenhum governante pode permitir que servidores públicos usem seus cargos para fazer política. Usar uma sala de aula para fazer propaganda política é como usar a frota de carros da prefeitura e do governo para distribuir material de campanha. Não há diferença essencial. O professor que dá uma aula vestindo a camiseta de um candidato, ou um bottom, está usando o cargo para fazer propaganda política. Ele não tem liberdade para fazer isso, assim como o motorista, na frota de carros da prefeitura, não tem liberdade de colocar o adesivo de um candidato no carro que dirige.

É tudo muito óbvio, mas as pessoas estão com a mente obscurecida por causa dessa confusão entre liberdade de ensinar e liberdade de expressão. Essa confusão é o flagelo da educação brasileira.

FP: Acho que uma questão que ficou muito forte do ESP foi a denúncia. O lugar forte da denúncia. Ou seja, os alunos denunciando os professores...

MN: As vítimas denunciando os abusadores. Porque algumas pessoas ousam chamar os alunos que denunciam de "dedo-duro". Então, a vítima de um estupro, uma violência, quando denuncia o autor do abuso, ela está sendo *dedo-duro*? É um absurdo! Dedo-duro é o cúmplice que delata o comparsa, não a vítima do crime. A denúncia é tudo o que resta ao aluno que está sofrendo assédio por parte do professor, sendo ridicularizado em sala de aula, humilhado porque seus pais são apoiadores do candidato X ou Y. A mãe de uma aluna uma vez nos relatou que, em 2015, campanha da Dilma, sua filha de 9 anos chegou em casa e disse: "mamãe, a professora falou que quem não votava na Dilma era imbecil. Eu fiquei com vontade de dizer que você não era imbecil, mas eu fiquei com medo da professora". Isso é pura alienação parental. Imagine uma criança de nove anos, que é apaixonada por seus pais, ouvir da professora (que ela também ama) que quem vota em fulano ou quem não vota em fulano é imbecil. É muita covardia. Como não denunciar esses abusadores?

FP: Você considera que houve um estigma criado pela mídia?

MN: Sem dúvida. O que fizeram com a gente foi muito desonesto. A Folha de São Paulo, O Estadão... É uma vergonha como eles trataram o ESP. Identificar o ESP como uma proposta partidária, quando na verdade é uma proposta legalista, estritamente legalista.

FP: Doutor Miguel, eu agradeço muito a sua disponibilidade em conversar longamente sobre isso.

MN: Um prazer! É.. eu quis dar um panorama para você juntar os pontos, lembrando que o ESP é uma política de Estado. Não era opção do governo

obedecer ou não obedecer a lei federal. Juridicamente, isso é relevante. Nenhum governo deveria permitir que as suas próprias escolas sejam usadas para práticas de atos ilícitos. Por exemplo, alienação parental, é um ato ilícito. Um pai que se sente lesado sobre o direito da educação do seu filho pode processar a prefeitura do município ou o Estado. Aí o Estado vai ter que indenizar o pai que se sentiu lesado nesse seu direito. Então, o governo não pode permitir que atos ilícitos sejam cometidos por seus servidores.

FP: Dentro da sua proposta, na sua compreensão, o Escola Sem Partido daria visibilidade a uma coisa já está na constituição?

MN: Exatamente. Ele conscientiza os pais para que eles exerçam o seu direito, um direito que já existe. Todos os direitos que estão no ESP, que estão na nossa proposta de lei, já existem. O único direito novo, que está sendo criado por nossa proposta, é a obrigação das escolas de afixar um cartaz dentro da sala de aula. Mas todos os deveres previstos nesse cartaz já existem. O ESP é um projeto de cidadania. O que é cidadania? Cidadania é a capacidade que nós temos de exercer os nossos direitos. Mas se nós ignoramos esses direitos, nós não vamos exercê-los. Nós nos calamos, engolimos, aceitamos. Então, como resolver o problema da doutrinação nas escolas, qual é a proposta? Simplesmente, conscientizar os usuários dos serviços prestados pelas escolas. Essa é o objetivo do ESP.

FP: Mas continuando, casos de propaganda eleitoral são mais “evidentes”, não é?! Então, como o senhor exemplifica, um professor com a camiseta de um candidato...

FP: Mas em outros casos, quando entram em discussões conceituais sobre a abordagem de fatos históricos, ou mesmo em questões que são sensíveis à interpretação social ou epistemologias - isso fica muito menos evidente, não é?!

MN: Nem sempre é fácil identificar, numa situação concreta, a violação dos deveres do professor. Às vezes, essa violação não consiste num ato, mas numa omissão (o que ocorre, por exemplo, quando um professor deixa de mostrar o outro lado de uma questão controversa, com o objetivo de induzir o aluno a adotar determinado ponto de vista). Além disso, os professores militantes sabem muito bem quando

estão tentando fazer a cabeça dos alunos e, por isso, dissimulam. Mas a eventual dificuldade de identificar a violação a um dever não significa que esse dever não exista ou que o professor esteja desobrigado de respeitá-lo. Isso também acontece no assédio moral, por exemplo. O assédio moral nas relações de trabalho nem sempre é evidente, mas o dever do empregador de não assediar moralmente o empregado é inquestionável. O bom professor deve atuar com prudência, esforçar-se para ser isento, mostrando sempre o outro lado das controvérsias que ele esteja abordando em sala de aula. Deve ater-se ao conteúdo da disciplina, respeitar o direito dos pais sobre a educação dos filhos, tomando cuidado para não semear a discórdia no seio das famílias dos seus alunos.

FP: Por isso, a centralidade da questão da denúncia, não é?

MN: Como é que faz dentro da sala de aula? A criança está sozinha ali. O nosso projeto está direcionado para a educação básica, não é para o ensino superior. Embora os princípios constitucionais aplicáveis à educação básica e ao ensino superior sejam os mesmos, é evidente que dentro de uma universidade o professor desfruta de mais liberdade do que um professor de um ensino fundamental e médio.

FP: Por que ele está falando com adultos?

MN: Exatamente, porque ele está falando com adultos, e porque se supõe que os estudantes já possuam algum conhecimento prévio sobre aquelas questões. Então, o professor pode se dar ao luxo de privilegiar uma determinada abordagem dentro da universidade, porque se presume que o aluno já tenha algum conhecimento. No ensino fundamental, isso não é possível; o professor precisa dar uma visão abrangente, abordar os principais pontos de vista (não todos, evidentemente), como diz o 4º dever do professor.

FP: Muito obrigada, Dr. Miguel!

MN: Não há de quê.

Entrevista Daniel Cara

08 de setembro de 2020

São Paulo - SP / São Paulo – SP

FP: Atualmente, você é reconhecido como um dos principais opositores a projetos como o Escola Sem Partido e análogos. Você consegue se recordar sobre o primeiro indício de crescimento do Movimento? Os primeiros encontros com aquelas ideias?

DC: Eu estive em debates com o Miguel Nagib, mas ele assistindo sempre, desde 2005. O Miguel Nagib, inclusive, nunca escolheu debater comigo. Ele sempre fugiu e a gente insistiu. Porque, desde o início, ele tinha uma tese que era uma tese de conter a doutrinação de esquerda, mas essa tese tinha pouco amparo na sociedade. Até porque, a gente vinha de um governo, a partir de 2006, amplamente majoritário, que era o governo Lula. O segundo mandato, então, foi um massacre. E o Movimento ESP se torna, de fato, forte a partir da eleição de 2010, no segundo turno, com a ascensão do debate sobre o aborto.

Eu já tive até a oportunidade de colocar isso pro José Serra. Eu disse a ele: tudo começa com a tua postura absurda em relação à questão do aborto, tentando jogar a Dilma para uma imagem de abortista, etc.

FP: Podia contar exatamente como se deu conta deste movimento?

DC: No governo do Presidente Lula, eu fui vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude, a partir da sociedade civil. A Universal do Reino de Deus, naquela época, defendia o aborto em um jornal. E eles me chamaram para falar lá em uma atividade da Igreja.

Na eleição de 2010, os setores mais conservadores encontraram no discurso da ideologia de gênero, e na minha opinião, o melhor pesquisador sobre isso é o Rogério Junqueira Diniz, do INEP. O Rogério é o cara que descobre essa questão. E tem, então, uma sucessão de eventos.

O ESP vem andando em paralelo, mas sobre doutrinação de esquerda. Aí, em 2010, o ESP encontra com a pauta contra a ideologia de gênero, que acaba por crescer dentro da igreja brasileira. Aí, o ESP encontra a esfera em que ele, de fato, consegue atuar. Não há nada que gere maior temor aos pais do que a questão da sexualidade.

FP: Algum evento governamental que você consiga identificar?

DC: O grande lance foi que a primeira crise do governo Dilma, uma das primeiras crises, que é a questão do Palocci, é negociada pela derrubada do Kit Anti-Homofobia, que eles chamavam de kit gay. Aí foi um erro, na minha opinião. O Bachur sabe que eu penso isso. Foi um erro da gestão Haddad a maneira de lidar com isso. Por mais que tenha,

aparentemente, acalmado os ânimos, isso não segurou, porque a pauta cresceu no congresso.

Aí, eu vi figuras emergindo. Eduardo Cunha emergiu nessa história, porque o Eduardo Cunha já era um grande político. Ele nunca foi baixo clero. Mas ele era um representante dos empresários, e passa a ser representante das igrejas evangélicas. Passa a ser o líder das igrejas evangélicas disputando com o Garotinho.

O Garotinho dizia: vocês estão preocupados comigo, mas não sabem o que é o Eduardo Cunha articulando com a Igreja Universal. Eu já sou secundário nessa história.

FP: Ele realmente dizia isso?

DC: Sim! Eles foram percebendo que, no cenário da questão de gênero, conseguiriam penetrar no debate da sociedade, a tal ponto que a principal articulação que eles criam é a vinculação de que o socialismo, o comunismo, enfim, a esquerda é pervertida sexualmente. A crítica ideológica da esquerda passa a ser questão sexual. Tem, inclusive, a fala emblemática de uma pastora que diz: “sexo acima de dois minutos é socialismo, é perversão”.

FP: Isso por volta de 2011, certo?

DC: Isso, em 2011, já estava rolando. Em 2011, a gente fez a maior semana de ação mundial da campanha nacional pelo direito à educação no congresso nacional. Era sobre educação e diversidade. Tinha uma estudante transgênero e ela dizia que não teve direito à educação.

O plenário da CCJ estourado de gente. Só tinha de deputados a Fátima Bezerra, hoje governadora do RN, e o Tiririca, que naquele momento ia nas sessões, porque ele tinha alguma vontade parlamentar. Ele não era só o que é hoje, o que foi na legislatura passada, um cumpridor de tabela. Então, o Bolsonaro aparece e vai lá para polemizar, mas como tinha muita gente e ele estava sozinho, acaba não ficando na polemização.

A questão é que naquele momento ele já sabia que era ali que estava o segredo. Aí foi uma sucessão, primeiro o Kit de Anti-homofobia, uma série de votações. Depois, o Plano Nacional de Educação, que eles não ganharam nada, mas serviu para eles articularem. Eles tiraram a prioridade por formas de discriminação de raça e gênero, mas ficou lá todas as formas de discriminação. Ali, serviu para aglutinar.

FP: O impacto disso já acontece nas eleições de 2014.

DC: Claro, vimos o impacto grande na eleição de 2014, mas principalmente na de 2018. Perceba que esse movimento consegue, a partir da questão da sexualidade, penetrar nas famílias, mas tem um fato que é mais importante: ele é beneficiado por algo que não previa, que é o crescimento do neo-pentecostalismo de representação política. Eles tiveram uma sorte e, agora, na minha opinião, a partir de 2018, eles entraram em decadência.

FP: Podemos falar um pouco sobre a questão da decadência?

DC: Por que perde? Pra mim, a virada se deu em Salvador. Tivemos um evento em Salvador, na Câmara Municipal. A gente equilibrou, ficamos meio a meio. O espaço é muito pequeno, mas lá fora estava lotado. E o debate eram duplas. Era eu contra o Eduardo Bolsonaro. O Eduardo Bolsonaro não aguenta o debate e sai. Ele faz uma provocação aos militantes e quase é agredido fora. Do lado de fora, tinha muito mais gente nossa do que deles. Teve uma quebra de moral ali.

Mas a vitória mesmo foi travar o projeto na câmara de deputados, porque, se ele passa da comissão especial, o Marcos Rogério era o relator. Se passa da comissão especial e vai pro Senado, o Marcos Rogério receberia ele no Senado. Então, eles teriam sobrevida.

A vitória fundamental não foi no Supremo, porque o Supremo tinha um acordo conosco de dia 28 de novembro colocar em votação. A gente conversava com os assessores do STF e estava combinada a votação.

Mas daí, o Dias Tofolli faz uma reunião com o Bolsonaro e tira da pauta do Supremo. O acordo passa a ser: se o congresso avançar, eles votam. Então, a gente falou: o segredo é fazer o congresso não avançar. A grande liderança real, que pouca gente sabe, em termos de debate, foi o Bacelar [João Carlos Bacellar Batista], que é deputado pela Bahia. Ele que foi o grande articulador e fizemos tudo combinado. Nós somos bons regimentalistas e sabíamos que dava para prender o texto. Quando prende o texto, aí a gente sabia que o projeto já não ia andar politicamente. E é a primeira vez que o Miguel Nagib diz que quer sair do ESP, isso em 2018. Ele sabe que quando perdeu ali...

FP: Sim, mas a saída é revertida a partir de uma doação à Associação do ESP. E como você vê, a partir disso, a atuação do Supremo?

DC: O Supremo foi muito acovardado, só julgou quando a gente segurou. O Supremo esperou a sociedade começar a ter reação para ele tomar sua decisão. Aí foi fundamental, importantíssimo. A gente tem Cascavel, Nova Gama, Foz do Iguaçu, Ipatinga, Londrina e agora Alagoas. Sempre ganhando de placares grandes.

Mas isso já podia ter sido resolvido em 2018, com a decisão do caso de Alagoas que ia para o Pleno, e o Tofolli não pautou. Precisou o Dias Tofolli entrar no fim do mandato para começar a encaminhar as decisões, porque ele realmente tinha um compromisso com o Bolsonaro.

FP: E o Bolsonaro em relação ao projeto agora?

DC: Agora, o Bolsonaro não precisa mais disso. O Bolsonaro está em outras estratégias: o fundo emergencial, o Renda Brasil. Ele tem outras estratégias de consolidação. E o ESP já está na cultura das escolas, já ocorre.

Tem um fator que o Projeto de Lei passou a ser também um peso. Porque quando a gente ganha na Câmara, na primeira derrota de votação, o Olavo de Carvalho diz que o ESP não pode ser lei. Mas, primeiro, foi uma vitória nossa na comissão especial. Eles sabiam que se levasse a voto, a gente ganhava, porque tínhamos, ali, o controle do regimento, como ia votar deputado.

A gente tinha uma linha de frente para gritar, fazer barulho, enquanto a gente costurava com o Bacelar por dentro, causando limites regimentais.

Quando o Olavo de Carvalho sabe que vai perder, ele não fica em barca furada, então ele já começa a dizer que o Movimento, pautado no Projeto de Lei, não é mais importante, que a questão é fazer a luta pela guerra cultural. Aí eles mudam de estratégia. Mas, mesmo essa questão da guerra cultural, com as derrotas no Supremo, vai perdendo densidade.

FP: Agora tem a questão das Escolas Cívico-Militares, certo? Segundo um membro importante do Movimento, eles querem o partido da direita, enquanto o ESP queria imparcialidade.

DC: Você sabe que teve um episódio. Eu sempre me coloquei em uma linha de que a gente ia vencer o projeto. A gente tinha até uma divergência com o movimento do Fernando Penna, porque ele defendia muito uma análise de que o projeto já era dominante e vitorioso, porque tinha bons canais de comunicação e boa penetração dentro da sociedade, mas podia se desgastar com o tempo.

Eu vou pra um evento no RJ com o Fernando Pena, já com essa divergência tática e analítica. A gente achava que era possível ganhar e que a vitória se daria pelos meios institucionais e teria efeito na vida cotidiana dos espaços escolares. Eles achavam que o movimento era mais sólido do que isso. Mas um movimento sólido não se desgasta por uma derrota e eles sofriam demais o impacto das derrotas. Eles sentiam demais. O Miguel Nagib não entende nada de política, ele não sabe construir. Ele teve uma conjunção de fatores favoráveis, mas que não se sustenta. Ele não se sustenta e o movimento não se sustenta.

Eu tinha ido para o Amazonas fazer uma reunião com o Rossieli, que hoje é Secretário Estadual de São Paulo. Porque, em 2015, ele fez parte da delegação brasileira oficial para o Fórum Mundial da Educação da ONU, UNESCO, Banco Mundial. E eu também fui da delegação oficial, mas eu era crítico ao governo, às políticas do governo e às políticas do Renato Janine Ribeiro. Então, a minha presença era incomoda na delegação oficial. Não queria ir pela delegação oficial, mas fui o único delegado da sociedade civil, e isso tinha uma importância para o cenário internacional. Uma série de questões entravam pela delegação brasileira da sociedade civil. Eu era um veículo.

Nisso, eu acabei ficando próximo de diálogo do Rossieli, apesar de brigar muito sobre concepção de política. Conversava muito com ele. Tinha um diálogo interessante naquele momento. Ele me chama para ir ao Amazonas e me apresenta a Escola Cívico-Militar. Três semanas depois, eu vou para um programa CQC com ele sobre escola cívico-militar e lanço a pergunta se ele matricularia o filho em uma escola cívico militar, e ele diz que não.

Tem um vídeo de uma dessas escolas militarizadas, que convida o Bolsonaro para ser paraninfo e termina dizendo: "Bolsonaro salvador do Brasil". E o Fernando Penna relata essa questão e, em uma matéria jornalística, pergunta indiretamente para o Miguel

Nagib o que ele acha disso. O repórter passa a pergunta pro Nagib e ele responde que aquilo é doutrinação.

Então, o Miguel Nagib sempre foi defensor do partido da direita, só que ele tinha que ter algum vínculo com o discurso que ele tinha da neutralidade. Então, o Fernando Penna arma a arapuca, ele cai e a gente usa isso depois, né?

FP: Você vê aí uma cisão com o governo?

DC: Aí tem o rompimento dos Bolsonaros com ele, o Nagib, porque o PL também cresce graças ao Carlos Bolsonaro, na Câmara do Rio de Janeiro. Aí, o Miguel Nagib rompe com a família Bolsonaro, mas esse rompimento dura dias. Pra você tem uma ideia, o ESP perde mais adesões do que nunca antes na história, ele perdeu muita gente. Depois vai recuperando, não chega aos mesmos patamares. Então você vê o quanto o Miguel Nagib estava construindo algo que não pertencia mais a ele, a partir de 2014 isso pertence aos Bolsonaros. Sobre a derrota de 2018, em termos menos elogiosos em relação à luta civil dos educadores, era também impor uma derrota ao Bolsonaro. O Miguel Nagib foi perdendo força. O ESP procura opor o professor às famílias, sendo o professor um doutrinador. A escola cívico-militar aplica a disciplina que é autoritária, embora eles não digam, a pedagogia. É uma outra oposição.

FP: Interessante! Podemos continuar por aí?

DC: A disciplina faz parte da pedagogia, mas ela não pode ser autoritária. Caso ela queira ser pedagógica, que é o modelo que tem que sobrevaler nas escolas, a disciplina não pode ser autoritária, mas a Escola Cívico-Militar tenta fazer essa oposição. Isso é muito mais eficiente do que o ESP, porque a questão da doutrinação gera um ambiente de conflito que não tem resultado. A oposição entre disciplina e pedagogia, em termos de gestão pública, não do que vai para as pessoas, é muito mais eficiente. Por isso, eu discordo do Nagib quando ele diz que tem menos penetração, porque tem penetração. Em termos do que vai para as pessoas, o que eles estão vendendo? Que a disciplina é boa, mas ela é tão intimidatória que famílias de escolas cívico-militares já estão descontentes. Eu acho que nesse movimento também vai ter descolamento. Imagino que por mais três ou quatro anos isso vai perder o fôlego.

FP: Sim! Gostaria de retomar um ponto sobre o projeto passar a ser dos Bolsonaro, porque eu fiz uma pesquisa de mídia, de monitoramento de mídias sociais. Quando você pega os termos associados ao ESP, os primeiros são: escola, projeto, projeto de lei, que são esses termos mais diretamente associados, e o primeiro termo indireto é “Jair Bolsonaro presidente do Brasil”.

DC: É o que mais tem a ver! É o que mais tem a ver!

FP: E é interessante isso que você vai falando, porque o projeto, ele tem o maior número de menções da sua história, em pesquisas no Google, em novembro de 2018.

DC: Quando ele perde.

FP: Isso, quando ele sofre essa derrota considerável, ao mesmo tempo também muito perto das eleições.

DC: Isso é um desafio analítico. A gente ganha em novembro, e eu nem fui para Brasília, porque ficamos com pouca grana. Naquele momento, a gente não tinha dinheiro para ir à Brasília sempre. Então, quando fecha a vez que eu vou de novembro, o Toffoli já tinha descumprido o acordo conosco e tal. Bem, naquela linha de tempo, eu falo com o Bacelar: “A gente já ganhou, acabou essa história! Os partidos de centro não vão dar vitória ao Bolsonaro, a gente criou uma prisão regimental. Marcos Rogério não consegue sair dela. E se for para o voto hoje, a gente ganha na comissão, por incrível que pareça”. E ele falou: “Não, mas o Bolsonaro acabou de ter maioria”. E eu falei: “Exatamente por Bolsonaro ter a maioria que eles vão conter o Bolsonaro, porque muitos parlamentares não se reelegeram”. Então, foi bem interessante essa sua pesquisa, porque no auge deles de vínculo com o Bolsonaro é que se dá a queda, né?

FP: Muito interessante! Muito interessante pensar isso! É quase contra intuitivo de pensar no jogo, ao mesmo tempo em que completa a coerência lógica.

DC: Mas aí é que tá: a gente tá salvando o Bolsonaro como oposição. O auxílio emergencial, a gente fez oposição responsável, trabalhou para o aumento do auxílio. O FUNDEB, a gente ganha do Bolsonaro, tanto é que os parlamentares dele votam contra, mas ele constrói a narrativa como se fosse uma vitória dele. Aí, temos o destaque do CAC, nós ganhamos de novo, e estão querendo fazer agora o CAC do Bolsonaro, então são os ossos do ofício. Mas, politicamente, o parlamento quer impor derrotas ao Bolsonaro, porque dentro do circuito da política parlamentar, o Bolsonaro está sendo derrotado e está sendo lido como derrota. O problema é que ele está com uma popularidade muito sólida, né?! Essas derrotas não têm tido reverberação na sociedade, as do ESP foi um caso. Ele (Bolsonaro) faz uma reunião com o Dias Toffoli e desiste de colocar em voto, depois daquela votação maravilhosa do STF contra as invasões em universidades por agentes de segurança. A gente sabia que íamos ganhar, mas o Toffoli não pauta e tivemos que resolver lá na Câmara. E fez com que o peso nas nossas costas ficasse gigante, afinal, como conseguir trava-lo? Mas no final das contas, deu certo.

FP: Ao mesmo tempo, Daniel, apesar de todas essas derrotas que você conta, que tipo de impacto cultural o ESP instaurou nas escolas? Será que esse ambiente acusatório se instaurou?

DC: Essa é uma grande questão que eu acho que vai perdendo o fôlego. Sabe qual foi o argumento que começou a mobilizar essa história? Por incrível que pareça, a pandemia vai ajudar nesse sentido. Num determinado momento, a gente percebeu que todos os nossos argumentos eram derrotados dentro das escolas. E aí, eu escrevo um artigo pro Nexo, que o Nexo até achou ruim, porque disseram: “O artigo está muito simples na argumentação, não está no perfil do veículo”, e eu disse: “Publique, ele é um instrumento”. É um artigo cujo tema é que o ESP é uma escola sem educação, que a educação vai ser medíocre se ela seguir nessa linha. Esse é um argumento, o único que mobiliza a paz, mas mobiliza a paz no cotidiano escolar. Então, quando você chega numa

escola de elite paulistana, que são quinze ou dezesseis, que estão todas no centro expandido, e umas cinco ou seis fora desse centro, os pais ficam preocupados com uma educação que seja a-científica, e isso desmobiliza o ESP. Com a pandemia, por mais que as pessoas estejam aprovando o Bolsonaro, neutralizando as 200.000 mortes, se for analisar as pesquisas, as pessoas acham que o Bolsonaro é responsável pelas mortes, mas ele está fazendo auxílio emergencial. Então, elas ficam entre a lealdade do auxílio emergencial e a crítica às mortes. Só que elas sabem que tem que se basear em pensamento científico na tomada de decisão. Tanto é que existe uma enorme pressão dos setores privados para o retorno às aulas, enquanto 72% dos brasileiros são contra o retorno até que seja seguro. Percebe-se que mesmo que tenha pressão, as pessoas se contêm e dizem que isso não é seguro. O cidadão brasileiro quer educação de qualidade, ele só não sabe como fazer a reivindicação. A cultura pedagógica não é suficiente ainda para fazer com que haja reivindicação. O que acontece com o tempo é que o ESP vai perder força, porque fizemos um manual de defesa dos professores com ação educativa, em que eu colaborei, justamente no período eleitoral que o forte do caderno foi mobilizado. Mas o que eu percebo é que o caderno traz argumentos para os professores; as vitórias no STF dão uma proteção que dá pra se dizer “o que você diz pra mim é inconstitucional”; e o terceiro ponto é que ninguém quer que seu filho seja medíocre. Esse é o argumento que começamos a mobilizar a partir desse artigo. Eu acho, Fernanda, que não é otimismo e, sim, uma questão de tempo, pois o governo Bolsonaro vai se convertendo em um governo fascista tradicional. Mas não é um fascismo tradicional baseado em teses do ESP, é um fascismo em que o Estado vai ser muito importante como instrumento de opressão e de uma assistência condicionada. E eu concordo que a escola cívico-militar vai ter um posicionamento mais importante do que o empoderamento dos pais contra os professores. Então, a opressão que vai ocorrer, ela vai ocorrer por gestão da escola, por questões mais...

FP: Institucionais, certo?

DC: Isso! Usando o ESP como um legado, eles vão reivindicar o legado do ESP cada vez mais, mas citando menos. Dizer que tem que ter ordem. Vai ser mais ordem do que neutralidade. Mas será muito pautado na ordem, que não tem que doutrinar, isso sim, vai ser reivindicado, mas o caminho é pela disciplina, pela subserviência. O que eu quero dizer é que a luta entre familiares e professores já alcançou outro patamar e não volta a um nível anterior. Mas ela vai perdendo força diante dos movimentos futuros do próprio bolsonarismo.

FP: E encontra outros respaldos, como, por exemplo, fiquei pensando quando o Dória manda recolher os materiais em São Paulo por conta das discussões de gênero. Essas ações que vão acontecendo e o Movimento reivindica. Tem uma fala do ESP que é “graças ao ESP, e esse é o nosso legado, as pessoas começam a entender a diferença entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra. O professor não tem liberdade de expressão dentro da sala de aula, o que ele tem é a liberdade de ensinar”. Acho que o que fica em jogo é: o professor tem liberdade de ensinar, sim, mas o que é considerado conhecimento? Por que, então, as questões de gênero não são associadas à produção

de conhecimento? Você tem, por exemplo, toda uma linhagem filosófica discutindo questões de gênero, liberdade do corpo, construção cultural do biológico. Isso não seria conhecimento, da ordem do conhecimento?

DC: Exato! Muito bom! O que eu vejo nessa história toda, que é muito maluco, é que essas questões, por conta da pandemia, elas estão em voga. Tem essa questão que você trouxe, que é muito interessante. Vejo pais controlando, mesmo eu trabalhando na USP. Vejo controle de namorado, namorada, que normalmente são mais conservadores, tentando fazer um controle do que está sendo ensinado ali, à distância. Agora, outra coisa que o ESP não conseguia responder era que a liberdade de expressão era a outra face da moeda da liberdade de cátedra. A liberdade de expressão é fundamento da liberdade cátedra. A liberdade cátedra também é pedagógica, pois ele, o professor, tem o direito de falar.

A derrota no STF pesa muito para o Movimento, por conta da justificativa do arcabouço jurídico. Todos os argumentos deles estavam baseados em interpretação de leis. Aí, com a derrota, ele perde a força. Concretamente, isso acaba gerando um desequilíbrio na própria argumentação. Eu acho que o ESP tem um legado, mas é um legado que, se a gente for trabalhando ao longo do tempo, ele vai ser arrefecido, nunca vai voltar a ser o que era antes. É como se a caixa de pandora tivesse sido aberta. Mas eu acho que isso vai ser mais tranquilo.

FP: Daniel, tem um aspecto interessante do ponto de vista da política institucional. Apesar do Movimento ter a argumentação jurídica e um apoio social, em determinado momento histórico, há uma dificuldade em caminhar no agendamento institucional, no Congresso, por exemplo. Isolando as derrotas no STF, se o ESP tivesse um instrumento jurídico associado ao fato, seria suficiente para construir a agenda pública?

DC: Eu acho que eles chegam em um nível de agendamento que foi maior do que a gente gostaria, porque eles não conseguem adentrar ao aspecto de implementação da agenda, mas eles chegam próximos de uma aprovação parlamentar. Tiveram sucesso em alguns municípios, quase todos do Paraná. É interessante ver o quanto o Paraná se tornou ultraconservador. Mas o que eu vejo é que quando a gente ganha no Supremo acaba o argumento do arcabouço jurídico deles. Fizeram uma aposta, não como quem usou o ESP como os Bolsonaro, como a Bia Kissis ou como a própria Joice Hasselmann, Alexandre Frota, etc. Esses usam o ESP sem ter a pretensão de que os PLs sejam aprovados, eles nunca tiveram esse objetivo. Eles queriam massa de mobilização de comunicação pública. Agora, para o Miguel Nagib, fundador do Movimento, isso importa e ele perde o chão, porque ele perde para o STF, ou seja, o suposto arcabouço legal, que a gente sempre disse que era inconstitucional, se prova inconstitucional. A liberdade de expressão não é diferente da liberdade de cátedra em termos qualitativos, ainda que sejam em termos distintos. São fenômenos distintos dentro da mesma estrutura de ação.

FP: Correlatos?

DC: Correlatos! Exatamente! O Nagib, ele perde esse chão, e ao perder esse chão, é como se ele perdesse no terreno dele. E isso custa muito, pois não vai poder dizer que existe o fato e existe a norma. Agora, só existe o fato segundo a interpretação dele. Esta é que é a derrota. E ele sai, não é porque ele perde apoio de empresários e fica sem recursos, ele sai porque ele perdeu de fato. Ele volta a ter as experiências de derrota que ele acumulou desde 2004. De 2004 a 2010, ele estava perdendo sem conseguir semear. De 2011 a 2014, ele consegue semear. Ele tem visibilidade pública incomparável a partir de 2014. A coisa cresce até o momento em que o Bolsonaro vence a eleição e a gente ganha na Câmara dos Deputados, ou seja, a gente ganhou quando ele estava no auge, né? Isso ficou muito caro para ele. E, agora, no STF, tiraram o argumento dele, né? Inexiste o fato jurídico.

FP: Você associa isso, de algum modo, às jornadas de junho de 2013?

DC: Ah, não! Eu acho que as jornadas de junho de 2013 são sequestradas pela ultradireita. Nesse sentido, ajudam a criar um ambiente de avanço do ESP, mas o lugar onde o ESP, de fato, progride é no conservadorismo religioso.

FP: No neopentecostal.

DC: É, no meio evangélico no geral, né? A gente tem costume de tratar os neopentecostais como os vilões, mas tem muito batista, muito presbiteriano, o próprio ministro da educação, que comungam dessas ideias.

FP: E ao mesmo tempo, tem um movimento de resistência de oposição, né?! Por exemplo, a vertente do Ed Rene Kivitz, o próprio Ariovaldo Ramos...

DC: Isso! O Henrique, né?!

FP: O Henrique, sim!

DC: Há uma questão que a gente deve considerar, de que eles são mais diversos do que eles imaginam. Agora, o conservadorismo está dentro deles, isso é inconstitucional, porque teve decisões da corte constitucional. Então, passa a ser inconstitucional, mas não dá para dizer que é uma inconstitucionalidade vazia, ela é substantiva, né? Porque é uma declaração sobre vários projetos que afirmam que a postura obscurantista é inaceitável no espaço escolar. Então, eles perderam demais, né?! Essa é a minha divergência com o Fernando Penna. O Penna vai dizer “eles perderam menos”. Não, este é o começo do fim. 2018 é o começo do fim.

FP: Muito obrigada pela disponibilidade, Daniel.

DC: Imagina! Boa tarde!